



Centro Regional de Assistência Técnica do FMI para a África Austral (AFRITAC Sul)

Relatório Anual do EF 19 30 de julho de 2019



O apoio do AFS ao desenvolvimento das capacidades (DC) na região ainda é instrumental para que os países mantenham o rumo dos planos de reformas.

Os marcos cumpridos no EF 19 nas áreas básicas – gestão das finanças públicas, administração da receita, operações monetárias, supervisão bancária, estatísticas e quadros jurídicos – significam a continuidade dos progressos pelos países nos seus planos de reformas. A maioria dos beneficiários dos serviços de DC exibiu forte compromisso com o fortalecimento das capacidades institucionais e humanas por meio do apoio do centro.



Em sua reunião de março de 2019, o Comité de Pilotagem (CP) endossou diversas recomendações para ajudar os países membros a continuarem a avançar e a abordar os desafios emergentes. A integração das vertentes de assistência técnica e formação, bem como a maior sinergia com o Instituto de Formação em África, devem melhorar o impacto da prestação de DC. Igualmente, a atenção redobrada na formação personalizada, adaptada às necessidades de países que enfrentam desafios em comum, ajudará a aumentar a tração da assistência prestada e facilitar o intercâmbio entre os pares. O CP acolheu positivamente os programas de orientação direcionados oferecidos pelo centro e a intensificação das suas oportunidades de destacamentos profissionais, para continuar a adaptar os serviços de DC às necessidades da região e, em simultâneo, direcionar mais recursos aos países frágeis e de baixos rendimentos.

Ao formular o programa de trabalho anual, a adaptação dos serviços de DC às necessidades prementes do subcontinente foi uma das principais considerações. O fraco desempenho de África no que respeita aos indicadores mundiais de corrupção e governação acarreta pesados custos sociais e económicos para os seus povos. Nos últimos anos, a melhoria dos quadros de governação e o reforço da capacidade institucional são áreas que têm merecido grande destaque. O CP acolhe com satisfação a continuidade do trabalho do centro nessa área em apoio aos esforços coletivos das instituições multilaterais, incluindo os principais intervenientes da região, como a União Africana. O centro contribuirá para esse esforço por meio de conferências, workshops e seminários conjuntos com o ATI e com outros centros regionais de capacitação.

Quero agradecer aos membros do CP por seu apoio inestimável ao longo do EF 19. O papel de coordenação dos representantes dos países membros no CP é importante para a eficácia e a internalização das atividades de DC do centro. Sou grato também aos parceiros doadores pelo seu envolvimento contínuo com o centro na formulação de planos anuais de DC e pelo seu papel no apoio aos planos de reformas dos países membros.

Durante este exercício fiscal, os resultados do aconselhamento do AFS no domínio do desenvolvimento das capacidades continuaram a ser positivos.

Os países do AFS prosseguiram nas reformas macroeconómicas para cumprir as suas agendas de desenvolvimento sustentável e de financiamento do desenvolvimento. Os resultados na gestão das finanças públicas, na administração das receitas (fiscal e aduaneira), na supervisão monetária e do setor financeiro, nas estatísticas e na legislação financeira e orçamental apoiaram o progresso rumo aos objetivos dos governos de libertar o potencial de crescimento, reforçar a resistência a choques, melhorar a competitividade e o ambiente de negócios e fomentar a inclusão. Se sustentados, irão traduzir-se certamente em melhorias tangíveis para os padrões de vida das populações.



A estratégia de médio prazo do AFS continua alinhada com as prioridades da Fase II e integra as recomendações da Avaliação da Estratégia de Desenvolvimento das Capacidades do FMI de 2018. Visa ainda acelerar as reformas pendentes e adaptar-se às prioridades em evolução dos países. Refletindo as necessidades de DC da região e as prioridades do FMI, o AFS irá:

- *Reforçar o seu apoio aos países que enfrentam condições frágeis*, através de um aumento planeado de alocação de recursos a este grupo superior a 25% no EF 20. É possível que a capacidade de absorção limitada impeça estes países de tirarem pleno partido da assistência técnica (AT) alocada. Com vista a mitigar este risco, o AFS permanecerá flexível para acomodar novos pedidos desses países e prestar formação suficiente para reforçar as competências e facilitar a implementação de reformas.
- *Fomentar a integração das vertentes de AT e formação, e adotar formas inovadoras de prestação de DC*, incluindo através de um aumento das atividades de aprendizagem entre pares, formação personalizada, aconselhamento pessoal à distância e, quando viável e eficaz, da prestação de DC remota. O AFS continuará a unir forças com outros centros regionais de assistência técnica do FMI (RTAC) para realizar eventos conjuntos e colaborar com organismos regionais para prestar DC eficaz em termos de custos e alavancar o potencial de intercâmbio de ideias entre pares.
- *Prestar mais apoio para fazer face aos desafios emergentes*. O AFS ajudará os países na região a reforçar os respetivos quadros de governação e anticorrupção, incluindo através de workshops conjuntos sobre áreas abrangidas pelo novo quadro de governação e anticorrupção do FMI. Igualmente, os recursos serão destinados a apoiar trabalho adicional para promover a orçamentação de género.

O programa de trabalho continuará a assentar em quatro pilares: i) um programa orçamental com vista a aumentar as receitas internas e a melhorar a rentabilidade dos programas de despesa, em especial, o investimento público, e a conter os riscos fiscais; ii) um programa orientado para os setores monetário e financeiro com vista a reforçar os quadros de política, a atualizar os quadros de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) e sistemas de pagamentos, e a melhorar a supervisão e regulamentação bancárias; iii) um programa de estatística para fazer face às lacunas de dados e melhorar a qualidade e a atualidade das estatísticas das contas nacionais e de preços; e iv) um programa de formação transversal para reforçar as capacidades para agilizar a implementação das reformas em curso e apoiar as agendas de integração e harmonização regionais. Continuaremos a explorar as competências disponíveis na região.

Este relatório apresenta informações atualizadas sobre os serviços de DC e as realizações dos países do AFS no EF 19, bem como as prioridades para o EF 20 e além. Está articulado em torno de uma perspectiva geral da situação macroeconómica na região (Secção III), o fomento à integração das atividades de AT e formação (Secção IV), uma atualização da execução do programa de trabalho do EF 19 e das prioridades do EF 20 em matéria de DC (Secção V), a estratégia de comunicação e sensibilização do AFS (Secção VI), o orçamento do AFS (Secção VII) e o financiamento do AFS (Secção VII). O relatório destaca também algumas histórias de sucesso nas áreas em que os países do AFS fizeram progressos significativos nos seus planos de reformas.

SUMÁRIO

I. PREFÁCIO DO SR. MANUEL PEDRO, PRESIDENTE DO COMITÉ DE PILOTAGEM DO AFRITAC SUL (AFS) _____	2
II. MENSAGEM DO COORDENADOR _____	3
III. PERSPETIVA GERAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA NA REGIÃO _____	7
IV. FOMENTO À INTEGRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA FORMAÇÃO _____	8
V. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DO EF 19 E PRIORIDADES DE DC DO EF 20 POR TÓPICO _____	10
VI. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO _____	35
VII. ORÇAMENTO DO AFS _____	36
VIII. FINANCIAMENTO DO AFS _____	37
IX. ANEXOS INFORMATIVOS _____	39

CAIXAS

1. Realizações regionais selecionadas na reforma da GFP (Namíbia) _____	15
2. Realizações regionais selecionadas na reforma da GFP (Seicheles) _____	15
3. As Comores aumentam a receita fiscal face ao PIB em 6,6 pontos percentuais _____	17
4. A Namíbia cria uma autoridade tributária _____	19
5. Projeto de correspondência de Dados da ZIMRA _____	21
6. História de sucesso – Aproximação com a África do Sul _____	24
7. Abordar as deficiências na Governança Corporativa _____	26
8. Explorar as sinergias entre o ATI e o AFS _____	28
9. História de sucesso – Namíbia _____	30
11. Promover a aprendizagem entre pares na região do AFS sobre metodologias estatísticas _____	32
12. Trabalho de DC relativo a governação e corrupção _____	33

FIGURAS

1. Taxa de crescimento do PIB real _____	7
2. Taxa de inflação _____	7
3. Total das receitas públicas, enquanto % do PIB _____	8
4. Total da dívida pública, enquanto % do PIB _____	8
5. Ponto da situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 por projeto (final de janeiro de 2019) _____	11
6. Gestão das Finanças Públicas – Situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 _____	14
7. Administração Tributária – Situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 _____	17
8. Administração Aduaneira – Situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 _____	21
9. Regulamentação e Supervisão Bancária – Situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 _____	24
10. Operações do Mercado Monetário e Cambial – Situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 _____	27
11. Infraestrutura dos Mercados Financeiros – Situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 _____	29
12. Estatísticas do Setor Real – Situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 _____	32

TABELAS

1. Alocação de recursos no EF 19, por país e por tópico, em anos equivalentes a tempo inteiro (ETI) _____	12
2. Alocação de recursos no EF 19, por país e por tópico, em anos equivalentes a tempo inteiro (ETI) _____	35
3. Orçamento do AFS e Execução (em milhões de USD) _____	37
4. Situação das Contribuições Financeiras (no final de janeiro de 2019) _____	38

ANEXOS INFORMATIVOS

Anexo I – Programa de Seminários do EF 20

Anexo II – Principais Indicadores Macroeconómicos

Nota: A tabela com o ponto de situação dos marcos dos EF 18-19 e as prioridades de DC dos EF 20-21 pode ser acedida a partir do website seguro do AFS

Lista de Acrónimos

AFC	AFRITAC Central	GRC	Gestão do risco de conformidade
AA	Administração Aduaneira	ICD	Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades
AFE	AFRITAC Oriental	IFRS	Normas internacionais de relato financeiro
AFS	AFRITAC Sul	IMF	Infraestrutura do mercado financeiro
AFW2	AFRITAC Ocidental 2	IPC	Índice de Preços no Consumidor
APD	Auditoria pós-desalfandegamento	IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público
APP	Acordo Prévio de Preços	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
ASS	África Subsariana	LEG	Departamento Jurídico do FMI
AT	Assistência técnica	MCM	Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI
ATAF	Fórum Africano para a Administração Fiscal	MF	Ministério das Finanças
ATI	Instituto de Formação em África	NAMRA	Autoridade da Receita da Namíbia
BC/FT	Branqueamento de capitais/financiamento do terrorismo	OMA	Organização Mundial das Alfândegas
CABRI	Iniciativa Colaborativa para a Reforma Orçamental em África	OMMC	Operações dos mercados monetário e cambial
CBC/FT	Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo	PdC	Plano de Contas
CDMP	Cenário de despesas a médio prazo	PIB	Produto interno bruto
CFMP	Cenário fiscal de médio prazo	PIMF	Princípios das infraestruturas do mercado financeiro
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral	RBM	Gestão centrada nos resultados
COMP	Cenário orçamental de médio prazo	RBS	Supervisão baseada no risco
CP	Comité de Pilotagem	RMFT	Mobilização de Receitas – Fundo Tópico
CSBB	Comité de Basileia de Supervisão Bancária	RTAC	Centro Regional de Assistência Técnica
DC	Desenvolvimento de Capacidades	SACU	União Aduaneira da África Austral
DRF	Declaração de Riscos Fiscais	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
EF	Exercício financeiro	SARB	Banco da Reserva da África do Sul
EP	Empresa pública	SDDS	Norma Especial de Divulgação de Dados
ESAAG	Associação de Contabilistas Gerais da África Oriental e Austral	SIGIF	Sistema Integrado de Gestão da Informação Financeira
ESR	Estatísticas do Setor Real	SLTR	Sistema de Liquidação por bruto em Tempo Real
ETI	Equivalente a tempo inteiro	SPR	Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação do FMI
FAD	Departamento de Finanças Públicas do FMI	SRB	Supervisão e Regulamentação Bancária
Fintech	Tecnologias financeiras	TADAT	Ferramenta de Avaliação Diagnóstica da Administração Tributária
FMI	Fundo Monetário Internacional	UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
FPAS	Sistema de previsão e análise de políticas	WEO	<i>World Economic Outlook</i>
FSSR	Revisão da Estabilidade do Setor Financeiro	ZIMRA	Autoridade da Receita do Zimbabwe
GFP	Gestão das Finanças Públicas	ZRA	Autoridade da Receita da Zâmbia
GGC	Gabinete de Grandes Contribuintes		
GPO	Gabinete Parlamentar do Orçamento		
GR	Gestão de riscos		

III. PERSPETIVA GERAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA NA REGIÃO

O desempenho do crescimento dos países do AFS melhorou recentemente. A atividade económica nos países do AFS acelerou 2,4% em 2018, com todos os países, exceto Angola e a Namíbia, a registar um crescimento positivo. Contudo, em relação aos três anos anteriores, o crescimento abrandou em seis países, que representam mais de 80% da atividade económica da região. O crescimento permaneceu moderado na África do Sul, a maior economia da região, apoiado pela incerteza de políticas. Há indicações que as pressões da inflação estão a aliviar em alguns países do AFS, mas mantêm-se elevadas em alguns outros – sobretudo Angola e Zimbábwe. As perspetivas para a inflação no Zimbábwe refletem a contínua transmissão da desvalorização cambial para os preços e as incertezas acerca da reforma cambial.

Todavia, o desempenho do crescimento encobre desafios, incluindo problemas orçamentais, quadros de governação frágeis, corrupção, instituições fracas, baixa produtividade, infraestruturas deficientes e desigualdade. A baixa diversificação, com fontes de receitas muito limitadas – sobretudo a exportação de petróleo (Angola) e a extração de recursos (África do Sul, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábwe) deixa os países vulneráveis à volatilidade dos preços.

Figura 1. Taxa de crescimento do PIB real

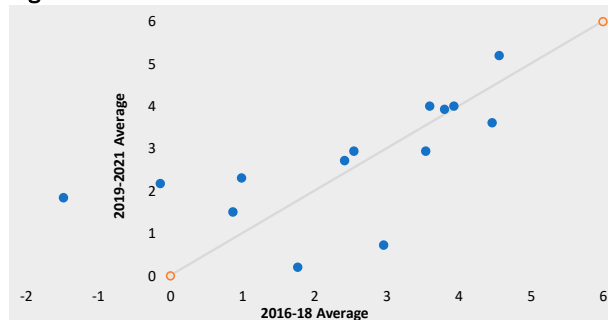
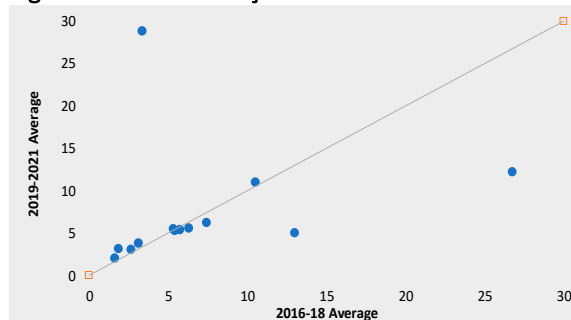


Figura 2. Taxa de inflação

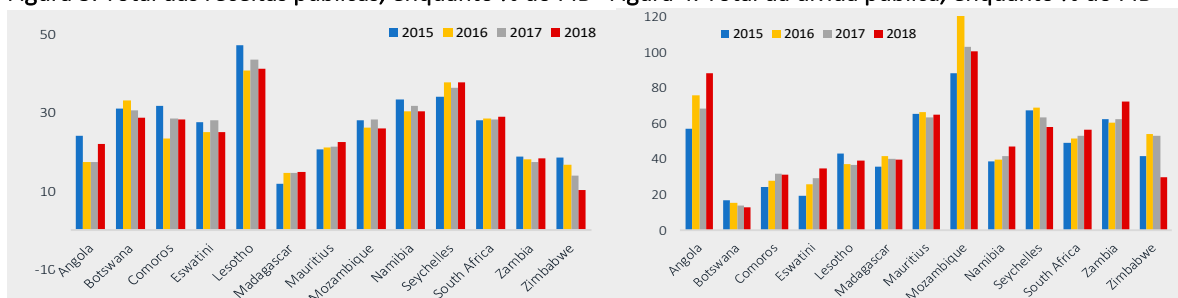


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2019

O atual desempenho orçamental entre os países do AFS apresenta tendências diversas. A percentagem das receitas públicas face ao PIB diminuiu em 2018 em seis países em relação aos três anos anteriores, o que contribuiu para uma elevação do financiamento da dívida e a deterioração dos rácios da dívida. Embora em alguns países o nível da dívida permaneça reduzido enquanto percentagem do PIB, a tendência é ascendente. Os países da União Aduaneira da África Austral (SACU)¹ enfrentam cada vez mais desafios orçamentais decorrentes da diminuição das receitas. Os riscos de uma deterioração adicional das condições orçamentais são elevados na ausência de maiores esforços de mobilização de receitas e de uma melhor gestão da despesa.

¹A SACU inclui a África do Sul, o Botswana, o Eswatini, o Lesoto e a Namíbia.

Figura 3. Total das receitas públicas, enquanto % do PIB **Figura 4. Total da dívida pública, enquanto % do PIB**



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2019

O espaço orçamental para impulsionar o crescimento está a diminuir, na medida em que o nível de endividamento atinge o seu máximo. Em 2018, a dívida do governo geral enquanto percentagem do PIB alcançou o seu nível máximo, ou ficou próxima do nível mais elevado da década, em 7 dos 13 países do AFS. A maior exposição dos bancos ao governo, combinada com taxas de juro mais elevadas, indica potenciais vulnerabilidades macrofinanceiras em Moçambique. Para as Seicheles, a redução da dívida pública para um valor inferior a 50% do PIB até 2021, com o financiamento simultâneo de grandes projetos de infraestruturas planeados para os próximos anos, representa desafios de política. No caso da Namíbia, alcançar um nível sustentável da dívida pública num cenário de diminuição das receitas na SACU pode requerer mais tempo.

Manter os esforços de DC na região para reforçar ainda mais a capacidade de os países membros formularem e implementarem políticas sólidas continua a ser, por conseguinte, fundamental para a região. Para auxiliar melhor os países a enfrentar os desafios, o FMI, apoiado pelos RTAC, encoraja um envolvimento precoce das autoridades na definição das prioridades em termos de DC. Com uma orientação para o médio prazo apoiada pelo quadro RMB de gestão centrada nos resultados, muitos países membros estão agora a desempenhar um papel de liderança no processo, o que resulta numa maior eficácia na implementação das reformas. Os países que enfrentam condições frágeis ou vulnerabilidades acrescidas devido a desenvolvimentos externos adversos necessitam de um apoio mais personalizado para assegurar o progresso dos planos de reforma.

IV. FOMENTO À INTEGRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA FORMAÇÃO



Em apoio à [nova estratégia do FMI em matéria de desenvolvimento das capacidades](#) para melhorar a prestação de serviços de DC aos seus países membros, o centro tem inovado na prestação de DC com vista a assegurar a integração das vertentes de AT e formação. As maiores sinergias entre o AFS, o ATI e

outros RTAC nos últimos anos ajudaram a alcançar ganhos de eficiência significativos e a alargar o horizonte da aprendizagem entre pares. A estratégia de DC do AFS para o EF 20 e mais além ajudará a:

- **Aumentar os intercâmbios entre pares através de seminários e cursos conjuntos:** Um maior número de seminários e cursos realizados em conjunto com o ATI e outros RTAC permitirá os intercâmbios entre pares com países fora da região do AFS e assegurará aos participantes o acesso a um conjunto mais abrangente de temas atuais. No EF 19, os eventos conjuntos envolveram parceiros como o ATI, o AFRITAC Oriental (AFE), o AFRITAC Central (AFC) e o AFRITAC Ocidental 2 (AFW2)². Verifica-se um crescente interesse nos intercâmbios entre pares com um grupo mais alargado de países.
- **Reforçar mais o elemento da formação nas missões de AT:** Para reforçar a prestação de DC e agilizar a execução das reformas, as missões de AT do AFS intensificaram o uso de formações adaptadas ao país através de workshops de um/dois dias. A maior dose de formação prática, por exemplo, em quadros macro-fiscais, orçamentação por programas, administração fiscal e aduaneira e supervisão bancária, tem permitido aos países realizar progressos atempados no tocante aos marcos.

Alargamento das modalidades de prestação de DC através de programas de orientação adaptados

Programas de orientação personalizados: Ao abraçar a inovação na prestação de DC, o centro está agora a apoiar as necessidades dos países relativas a programas de orientação adaptados às necessidades dos novos funcionários. Um programa de orientação que decorreu no Banco das Maurícias permitiu aos participantes de nove países obterem perspetivas fundamentais sobre a evolução dos bancos centrais e dos mercados financeiros. O programa teve lugar no momento certo, uma vez que vários bancos centrais da região estão a modernizar as respetivas estruturas para fazer face aos novos desafios. Para além dos aspetos de fortalecimento das capacidades, os participantes tiveram a oportunidade de aprender entre pares e estabelecer laços de cooperação, em linha com o espírito de integração e harmonização regionais das operações e das normas em todo o continente. Para abordar os desafios específicos da prestação de DC em alguns países, sobretudo os que enfrentam condições frágeis, o AFS planeia realizar programas de orientação adaptados similares no EF 20. O plano prevê um programa para as Comores sobre os setores monetário e financeiro e os sistemas de pagamentos. Espera-se também que esse programa aumente a capacidade de absorção.



- **Alcançar ganhos de eficiência através do intercâmbio de pessoas-recursos:** Para tirar partido da proximidade dos consultores residentes aos trabalhos em curso nos países membros, o centro

² Cerca de cinco países estão também em coordenação com o COMESA.

também tem encorajado o intercâmbio de pessoas-recursos entre os centros de DC do FMI na região – uma abordagem que está, simultaneamente, a contribuir para os ganhos de eficiência. Alguns exemplos dessa colaboração são destacados em seguida.

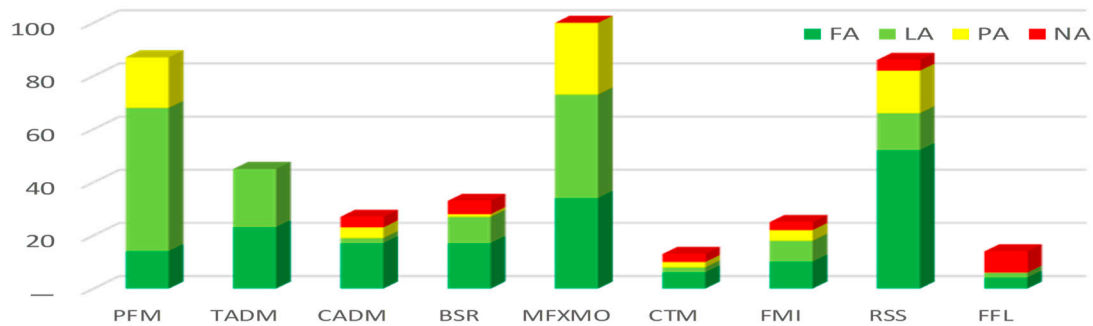
- O consultor residente do AFS em administração tributária participou como pessoa-recurso num curso do ATI sobre [Política e Administração Tributária: Teoria e Prática](#) com o objetivo de alargar o conhecimento dos participantes sobre os principais desafios que os governos enfrentam na conceção, administração e fiscalização de um sistema tributário moderno.
- O consultor residente do AFS em estatísticas do setor real participou como pessoa-recurso num workshop do AFE para dar formação na compilação de quadros de recursos e empregos nas contas nacionais.
- O consultor residente do AFS na área da supervisão e regulamentação bancárias tem servido nos últimos 3 anos como pessoa-recurso no seminário do ATI sobre os ‘Elementos Básicos da Supervisão’. No EF 19, o consultor residente foi o coordenador do curso.
- Os consultores em GFP participaram como pessoas-recursos num workshop regional do AFE sobre o ‘Uso de Ferramentas de Previsão Macro-Fiscal’ e integraram também um painel de discussão no curso do ATI/ICD sobre ‘Análise de Política Orçamental’.
- O consultor residente do AFS em operação de política monetária deu um seminário sobre comunicações à região do AFE como parte do intercâmbio de recursos entre o AFS e o AFE, no qual o consultor residente do AFE ministrou, pelo seu lado, parte do workshop/missão de AT às Maurícias sobre ‘Implementação da Política Monetária’. O intercâmbio visou otimizar as respetivas áreas de especialização entre os consultores residentes da região. Em conjunto com este seminário, o consultor residente participou também numa conferência regional de alto nível sobre comunicação do banco central em Kigali, organizada pelo Banco Central do Ruanda.
- O AFS também procurou explorar as competências das pessoas-recursos do ATI em workshops (por ex., no programa de orientação no Banco de Moçambique) e em missões de AT (por ex., FPAS nas Maurícias e workshop sobre análise económica na SADC).
- **Alargar a participação dos funcionários dos países como observadores nas missões de AT, em consulta com a sede do FMI:** O centro tem incentivado os funcionários da região que trabalham intimamente com as missões de AT ou que estejam diretamente envolvidos na implementação das recomendações de AT a participarem das missões do AFS, para consolidar os esforços em curso na integração da AT e da formação e ampliar o grupo de peritos na região. Esta abordagem ajuda a criar capacidades e montar um grupo regional de peritos, assim como a assegurar oportunidades de aprendizagem entre pares aos países. O AFS encoraja as autoridades nacionais a permanecerem flexíveis relativamente à participação dos funcionários nas missões de AT como observadores e a contribuir para o crescente grupo regional de peritos.

V. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DO EF 19 E PRIORIDADES DE DC DO EF 20 POR TÓPICO

Os países do AFS continuaram a implementar reformas em áreas centrais, conforme indicado pelos progressos nos marcos³ e no sentido da consecução dos resultados. Até ao final de abril de 2019, 76% dos marcos definidos para o EF 18 e o EF 19 tinham sido total ou largamente cumpridos pelos países, e tinham sido feitos progressos noutros 17%. Isto reflete uma forte apropriação do programa de DC por parte dos mais altos decisores políticos e/ou gestores. Contudo, o número de marcos visados e o ponto de situação dos mesmos até ao final de abril de 2019 era variável entre os diferentes projetos de DC (Figura 5). As secções temáticas do relatório destacam os principais fatores a contribuir para esse desempenho.

³Neste relatório, o ponto da situação dos marcos refere-se ao período até ao final de abril de 2019. Os marcos foram classificados como total, larga ou parcialmente cumpridos, ou não cumpridos, em linha com o novo quadro RBM.

Figura 5. Número e ponto da situação dos marcos do EF 18 e do EF 19 por projeto



FA = Totalmente cumpridos LA = Largamente cumpridos PA = Parcialmente cumpridos NA = Não cumpridos
 PFM—Gestão das finanças públicas; TADM—Administração tributária; CADM—Administração aduaneira; BSR—Supervisão e Regulamentação Bancária; MFXMO—Operações dos Mercados Monetário e Cambial; CTM—Formação personalizada (Moçambique); FMI—Infraestrutura do Mercado Financeiro; RSS—Estatísticas do Setor Real, FFL—Legislação Financeira e Fiscal

Fonte: Equipa do AFS

O cumprimento dos marcos tem sido bom, mas varia entre os países. Alguns atrasos no cumprimento dos marcos são parcialmente explicados pela materialização de alguns riscos de implementação – sobretudo preocupações de segurança ou missões de AT temporariamente suspensas por causa de eleições, a redefinição de prioridades entre as necessidades de DC e o cancelamento/adiamento de missões pelas autoridades. Embora estes desenvolvimentos prejudiquem a prestação harmoniosa do programa de DC planeado, o AFS tem sido flexível na revisão do programa de trabalho e na integração de novas prioridades que emergem dos países membros e parceiros regionais. O programa de trabalho revisto do EF 19 continua alinhado com o programa da Fase II e as prioridades estabelecidas para o ano.

O plano de DC do EF 19 também continuou a apoiar os esforços de harmonização e integração regionais, por meio de AT adaptada e de seminários, workshops, cursos e atividades de aprendizagem entre pares personalizados, a nível regional e sub-regional. O AFS conduziu 14 seminários⁴, dois cursos liderados pelo ICD e custeou a participação de funcionários dos países do AFS nos cursos do ATI, pra além de um número crescente de seminários sub-regionais, workshops nacionais adaptados e destacamentos profissionais. O trabalho regional do AFS continuou a ser complementado por cursos online e na sede do FMI oferecidos pelo ICD e por cursos disponibilizados pelo ATI.

O volume de serviços de DC foi de cerca de 17,9 anos equivalentes a tempo inteiro (ETI), e aproximadamente um quarto do trabalho estava orientado para os três países do AFS que enfrentam condições frágeis (Tabela 1). A alocação de recursos nos países varia e depende da eficácia na implementação das reformas e do nível de capacidade de absorção de DC dos destinatários.

⁴Onze em conjunto com outros AFRITACs e parceiros regionais.

Tabela 1. Alocação de recursos no EF 19, por país e por tópico, em anos equivalentes a tempo inteiro (ETI)

	BSR	CA	FFL	FMI	MPO	PFM	RSS	TA	Training 1/	Others 2/	Total
Regional 3/	0.9	0.9		0.0	0.8	2.1	1.2	0.7	0.2	0.4	7.2
Angola	0.1	0.1	0.1		0.0	0.1	0.1	0.2		0.0	0.7
Botswana		0.1	0.1	0.0	0.4	0.3	0.1	0.1		0.0	1.1
Comoros	0.1	0.2				0.3	0.2	0.2		0.0	1.0
Eswatini		0.1	0.1			0.5	0.1	0.1			0.9
Lesotho	0.1	0.1				0.3	0.1	0.0			0.7
Madagascar		0.1	0.2		0.0	0.4	0.1	0.1			0.9
Mauritius	0.1	0.1		0.0	0.2	0.2	0.1	0.1			0.8
Mozambique	0.0	0.1	0.0			0.2	0.1				0.4
Namibia	0.0	0.2		0.1		0.2	0.1	0.2		0.0	0.8
Seychelles	0.1	0.1			0.1	0.7	0.1	0.1			1.1
South Africa	0.1			0.1		0.0	0.1	0.1			0.4
Zambia	0.0	0.2		0.1	0.2	0.3	0.1	0.1			1.0
Zimbabwe		0.2				0.0	0.1	0.6		0.0	0.9
Total	1.6	2.2	0.6	0.3	1.7	5.9	2.5	2.6	0.2	0.4	17.9
Fragile countries	0.3	0.7	0.2	0.0	0.2	1.3	0.6	1.0	0.0	0.1	4.5
Share of total	18%	34%	37%	3%	11%	22%	26%	39%	23%	24%	25%

1/ Inclui cursos de formação macroeconómica oferecidos pelo ICD. 2/ Inclui atividades de sensibilização e conscientização sobre a RBM.

3/ Inclui seminários regionais e sub-regionais, organização de aprendizagem entre pares (destacamentos profissionais e participação de funcionários dos países nas missões como observadores), apoio de retaguarda, gestão de projetos e aconselhamento pessoal à distância prestado pelos consultores residentes.

Fonte: Equipa do AFS

PROGRAMA ORÇAMENTAL – CONSOLIDAÇÃO DOS QUADROS DE GOVERNAÇÃO PARA UM MELHOR DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Ajudar as autoridades nacionais a melhorar os processos de preparação do orçamento e a gestão de riscos fiscais tem sido a principal orientação do programa este ano. O trabalho do AFS incluiu:

- apoiar os ministérios das finanças a fortalecer os cenários fiscais de médio prazo (CFMP) e os orçamentos através do reforço de ferramentas de previsão, processos de preparação do orçamento e uma melhor cooperação institucional;
- prestar assistência prática à gestão dos riscos fiscais decorrentes do ambiente económico, da execução orçamental, das empresas públicas, dos governos subnacionais, da massa salarial e dos sistemas de pensões;
- apoiar os ministérios das finanças a executar melhor o orçamento e a gerir o investimento público, implementando procedimentos e regulamentações bem concebidos;
- prestar assistência prática à melhoria da gestão de tesouraria e a evitar os atrasados de despesas através do desenvolvimento de orientações e do reforço do mecanismo institucional;
- apoiar os governos a melhorar os relatórios financeiros e a transparência, atualizando a classificação orçamental e os sistemas contabilísticos;
- prestar formação aos funcionários do governo oferecendo dois seminários regionais e vários workshops adaptados aos países;
- promover o intercâmbio entre pares através de programas de destacamento e da participação de funcionários do governo nas missões de AT; e
- apoiar a integração regional colaborando com as organizações regionais.



Execução do programa de trabalho em matéria de GFP do EF 2019

No EF 19, foi prestado apoio para reforçar os cenários fiscal e orçamental de médio prazo (CFMP e COMP), a gestão do investimento público, a gestão dos riscos fiscais e o reporte contabilístico e fiscal (Caixas 1 e 2). Em termos gerais, a implementação decorreu largamente em linha com os planos. Contudo, várias missões a Angola e ao Zimbabwe foram adiadas a pedido das autoridades.

As principais realizações por objetivo estratégico no EF 2019 foram:

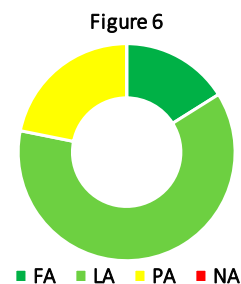
- **Preparação de orçamentos abrangentes, credíveis e baseados nas políticas:** O Eswatini desenvolveu o CFMP de referência para 2019-2021 e uma metodologia de preparação do CFMP; a Zâmbia recebeu apoio para desenvolver metodologias de previsão de receitas; Moçambique está a formular um Manual de Previsão Macro-Fiscal; Angola e o Botswana estão a reforçar os respetivos CFMP; o Lesoto está a criar um modelo de previsão macro-fiscal; as Comores e a Namíbia desenvolveram um manual para a preparação do orçamento; as Seicheles receberam apoio para desenvolver uma metodologia de custos de referência; e o Zimbabwe recebeu apoio para alargar a fase estratégica do orçamento.
- **Identificação, fiscalização e gestão reforçadas dos riscos fiscais:** As Seicheles publicaram uma Declaração de Riscos Fiscais (DRF), incluindo um capítulo sobre as EPs; a África do Sul recebeu apoio do FAD e do AFS para realizar um teste de stress orçamental; o Botswana recebeu apoio para desenvolver uma nova ferramenta de supervisão financeira das EPs; a Namíbia e Madagáscar receberam apoio no desenvolvimento de uma DRF.
- **Melhoria da execução e controlo orçamentais:** Madagáscar e as Maurícias reforçaram o papel dos ministérios das finanças na gestão do investimento público. O AFS apoiou estes países a implementar a estratégia de gestão do investimento público nacional e o plano de ação, assim como o manual para a avaliação e seleção de projetos de investimento público, respetivamente (ambos desenvolvidos com a assistência prévia do AFS). O Botswana recebeu apoio para estabelecer procedimentos para a avaliação e seleção de projetos de investimento e melhorar a sua implementação. Moçambique recebeu apoio para a gestão e prevenção dos atrasados de despesas e para o desenvolvimento de uma estratégia nacional de controlo interno e de programação financeira (em colaboração com o FAD). Com o apoio do AFS, as Comores e Madagáscar continuaram a consolidar e a sustentar os controlos financeiros e a simplificar os quadros de gestão da massa salarial e dos sistemas de pensões. Angola recebeu apoio para a melhoria dos procedimentos atuais

de execução e controlo do orçamento. O Eswatini está a receber apoio para desenvolver os novos regulamentos de GFP. O Lesoto recebeu apoio no alinhamento do seu Plano de Contas (PdC) ao Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 em conjunto com uma atualização planeada do Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGFE). A Namíbia foi igualmente aconselhada a rever o PdC e a atualizar o SIGFE.

- **Melhor cobertura e qualidade dos relatórios financeiros:** O Botswana e as Maurícias receberam assistência para avaliar a cobertura e a qualidade das demonstrações financeiras anuais do EF 2017/18 face às normas internacionais de contabilidade para o setor público (IPSAS). O Botswana elaborou a versão final da política e dos procedimentos de gestão do património do Estado. As Comores receberam orientações para melhorar mais a fiabilidade e a relevância das demonstrações financeiras para efeitos de tomada de decisões. Na Namíbia e no Eswatini, o apoio prestado visava orientar a implementação da versão atualizada do SIGIF e melhorar os controlos do sistema da execução orçamental e dos relatórios financeiros. As Seicheles elaboraram um novo Manual da Contabilidade da Administração Pública.
- **Melhoria da integração dos quadros de gestão dos ativos e passivos:** O Lesoto desenvolveu orientações para a gestão de tesouraria e reforçou os mecanismos institucionais para uma melhor previsão dos fluxos de caixa. A Zâmbia está a melhorar os mecanismos regulamentares e institucionais para a gestão de tesouraria e para uma melhor integração das funções de gestão de tesouraria e da dívida.

Foram assim realizados bons progressos na consecução dos marcos relativos à GFP, em que 78% dos marcos para o EF 18 e o EF 19 foram plena ou largamente cumpridos (Figura 6).

A taxa de realização dos marcos variou amplamente entre os países, de 25% a 100%. As diferenças refletem muitos fatores: em que medida as metas eram ambiciosas, a apropriação dos quadros lógicos e dos objetivos pelas autoridades, as alterações das prioridades do país, os progressos na implementação das reformas de GFP, as dificuldades associadas à implementação de reformas de segunda geração mais complexas (ou seja, IPSAS numa base de contabilidade do exercício, riscos fiscais relacionados com as EPs) e sensíveis (massa salarial e pensões, transparência).



O diferimento de alguns marcos pode ser atribuído ao adiamento de algumas atividades de AT a pedido das autoridades, seja em razão de acontecimentos políticos (Comores, Madagáscar e Zimbábue) ou da implementação das recomendações da AT anterior a um ritmo mais lento do que o esperado (Angola, Botswana, Lesoto, Zâmbia) devido à capacidade limitada e/ou ao risco político envolvido em algumas reformas (DRF, gestão da massa salarial e das pensões, gestão do investimento público, dívida do setor público).

Seminários regionais e formação personalizada no EF 19

Seminários regionais e sub-regionais:

O AFS realizou dois seminários regionais e formou funcionários do governo durante as missões de AT, em colaboração com o COMESA e o AFE. De destacar as seguintes atividades regionais e seminários nacionais: dois seminários regionais: i) CFMP e riscos fiscais e ii) contabilidade do setor público e relatórios financeiros e transição para o IPSAS; dois workshops sobre previsão macro-fiscal e preparação do orçamento e racionalização da despesa em Eswatini; dois workshops sobre gestão de riscos fiscais e sobre SIGFE/PdC na Namíbia; um workshop sobre gestão de riscos fiscais em Moçambique; um workshop sobre análise de riscos fiscais e supervisão financeira de empresas públicas nas Seicheles; um workshop sobre o reforço das previsões macro-fiscais e de tesouraria na Zâmbia; um workshop sobre apropriação e supervisão financeira de EPs no Botswana; um workshop sobre gestão das finanças públicas destinado aos novos funcionários do

Ministério das Finanças (MF) nas Maurícias; e um workshop sobre gestão do investimento público no Botswana.

Programa de destacamentos profissionais:

- Um funcionário das Seicheles participou numa missão de AT do AFS em Eswatini com vista a contribuir para a missão através da partilha da experiência das Seicheles na consolidação de capacidades de previsão macro-fiscal e do aconselhamento relativo ao reforço da previsão macro-fiscal em Eswatini.
- Um funcionário das Maurícias participou numa missão de AT nas Seicheles para elaborar um manual de contabilidade.
- Funcionários do Botswana e do Zimbabwe participaram e deram o seu contributo no workshop de previsão macroeconómica regional no Ruanda.
- Quatro funcionários (dois deles com recursos próprios) do Gabinete Geral de Contas do Botswana participaram de um destacamento de cinco dias no Tesouro das Maurícias para adquirir conhecimentos sobre práticas avançadas de gestão de tesouraria.

Participação em eventos regionais:

O AFS participou e colaborou em dois subcomités da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): a reunião dos Governadores de Bancos Centrais da SADC sobre os manuais de GFP do FMI e ferramentas técnicas e a reunião do Subcomité Macroeconómico da SADC sobre o papel do AFS no apoio à integração regional. O AFS também participou ativamente no seminário anual dos Gabinetes Parlamentares Africanos do Orçamento (PBO), organizado pelo Gabinete Parlamentar do Orçamento da África do Sul.

Caixa 1: Realizações regionais selecionadas na reforma da GFP (Namíbia)

No EF 2017-18, o AFS apoiou a equipa de gestão do orçamento do MF a desenvolver e utilizar ferramentas melhores na preparação do orçamento. Algumas missões conceberam e testaram uma ferramenta orçamental para a compilação de estimativas detalhadas e documentos do orçamento no CDMP. Simultaneamente, os modelos de apresentação do orçamento foram simplificados, tanto em termos do nível de pormenor de custos requerido, como de racionalização dos indicadores de desempenho do programa apresentados no orçamento. Por último, o AFS apoiou a compilação de um manual técnico que documenta a conceção e a funcionalidade da ferramenta e os passos pormenorizados necessários para a atualização anual. Na sequência deste apoio, a apresentação e o processo de compilação do orçamento foram simplificados. O AFS colaborou com a União Europeia no projeto de reforma da GFP no Ministério das Finanças, o que também incluiu a prestação de AT.

Caixa 2: Realizações regionais selecionadas na reforma da GFP (Seicheles)

Uma colaboração estreita entre as autoridades e o AFS em 2017-18 resultou na publicação da primeira Declaração de Riscos Fiscais (DRF) abrangente como parte do orçamento de 2019. A publicação da DRF em dezembro de 2018 constituiu igualmente uma meta de reforma ao abrigo do Instrumento de Coordenação de Políticas do FMI. Após uma missão de diagnóstico conjunta do FAD e do AFS em abril de 2017, o AFS e as autoridades colaboraram numa série de missões de AT, nas modalidades de formação, assistência prática e aconselhamento pessoal. Os peritos do AFS trabalharam em estreita colaboração com os funcionários dos principais departamentos no MF, Ministério do Comércio, do Investimento e Desenvolvimento Económico e com a Comissão de Acompanhamento das Empresas Públicas (PEMC), a unidade responsável pelo acompanhamento e a avaliação do desempenho geral das empresas públicas (EP). Para além da publicação da DRF, a PEMC publicou o relatório anual sobre EP relativo a 2017 que analisa, igualmente, os riscos fiscais para as EP e das EP para o orçamento do Governo.

Prioridades da AT do EF 20

Em linha com o programa da Fase II e as agendas de harmonização regional estabelecidas pelo COMESA e a SADC, bem como em coordenação com o FAD e outros prestadores de AT, o foco no EF 20 continuará centrado em:

- manter um envolvimento contínuo com os países que necessitam de: 1) assegurar a integridade básica do sistema de GFP; 2) realizar progressos nos processos de planificação fiscal a médio prazo e execução do orçamento; 3) reforçar a gestão dos riscos fiscais e do investimento público; 4) fazer a

- transição para normas de contabilidade mais avançadas; e 5) reforçar a base de recursos de GFP, nomeadamente com melhores estruturas, competências, sistemas, gestão e financiamento; e
- fomentar a cooperação e convergência regional para promover a complementaridade dos processos fiscais e normas comuns.

As intervenções do AFS no EF 20 na área de GFP serão orientadas para objetivos estratégicos diferentes dependendo da execução das reformas em curso, bem como das novas reformas de GFP previstas pelos países membros. Estão previstas intervenções no sentido de:

- preparar um orçamento abrangente, credível e baseada nas políticas (todos os países do AFS);
- melhorar a gestão de ativos e passivos (Eswatini, Lesoto, Maurícias e Zâmbia);
- melhorar a execução e o controlo orçamentais (África do Sul, Comores, Madagáscar, Maurícias e Moçambique);
- melhorar a cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros (Botswana, Comores, Eswatini, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Seicheles e Zâmbia);
- reforçar a identificação, fiscalização e gestão dos riscos fiscais (Botswana, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia e Zimbabwe); e
- fortalecer as leis e instituições de GFP (Botswana, Moçambique e Eswatini).

Formação regional e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

As atividades regionais incluirão dois seminários regionais conjuntos com o COMESA e o AFE e vários seminários sub-regionais que reunirão determinados países para promover a disseminação cruzada através de abordagens de aprendizagem entre pares de boas práticas em matéria de previsão macro-fiscal, preparação do orçamento, contabilidade orçamental e relatórios financeiros. Destacam-se entre os tópicos a abordar a sensibilidade às questões de género, a maior transparência orçamental e o fortalecimento da gestão da dívida e do património público. Quando possível, esses seminários serão organizados em conjunto com o COMESA e o AFRITAC Oriental em cooperação com o ATI. Adicionalmente, durante as missões, a equipa de GFP planeia prestar uma formação mais personalizada aos países membros sobre tópicos específicos ou áreas de interesse comum.

As atividades regionais sobre GFP também incluirão destacamentos entre ministérios das finanças ao abrigo do programa de destacamentos profissionais e a participação de funcionários nas missões na qualidade de observadores. Serão aproveitadas outras oportunidades de cooperação com o COMESA, a SADC, o ESAAG e a CABRI, entre outros, no que respeita às prioridades regionais, nomeadamente leis de responsabilidade fiscal, CFMP/COMP, riscos fiscais e relatórios financeiros e o desenvolvimento de critérios de convergência na área de GFP.

Riscos específicos do setor e mitigação de riscos

Os principais riscos na área de GFP são os seguintes:

- **Envolvimento deficiente ao nível político e entre os quadros superiores.** O AFS irá manter contactos de alto nível com os ministros e responsáveis no contexto da implementação do quadro de RBM para fomentar a apropriação.
- **Turbulência política e económica.** Isto poderia implicar a realocação de recursos para outros resultados ou países e a organização de atividades de formação ou workshops caso a situação dificulte a realização de missões no país, continuando-se a atender os pedidos urgentes. O AFS procurará também prestar serviços de DC através de formas inovadoras, como reuniões em países terceiros e/ou por videoconferência.
- **Limitações de capacidade.** A meta é alinhar os produtos das missões planeadas à capacidade do país e definir etapas para a implementação, adotar abordagens de capacitação assentes no aconselhamento pessoal e em workshops e alargar as oportunidades de aprendizagem entre pares.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – No Sentido de uma Administração da Receita Tributária Forte e de uma Governança Melhorada

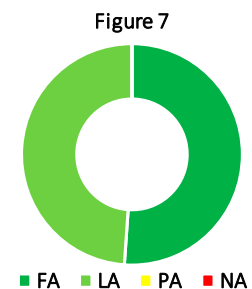
Thabo Letjama



Execução do programa de trabalho em matéria de Administração Tributária do EF 2019

O AFS apoiou as administrações tributárias a fortalecerem as suas principais funções tributárias e os seus mecanismos de gestão da administração de receitas e de governação. Até ao final do EF 19 todos os marcos almejados do EF 18 e do EF 19 tinham sido total ou largamente cumpridos (Figura 7). De destacar as seguintes realizações durante o período:

- **Angola:** A Administração Geral Tributária de Angola (AGT) aperfeiçoou os seus sistemas informáticos em preparação para a aplicação de um regime de IVA eficiente e eficaz.
- **Botswana:** A capacidade da unidade de grandes contribuintes (UGC) do Serviço Unificado da Receita do Botswana (BURS) de auditar os contribuintes no setor financeiro foi reforçada por meio de formação no local e orientação prática.
- **Comores:** A capacidade da UGC das Comores foi reforçada para melhorar o cumprimento atempado das obrigações de declaração e pagamento dos grandes contribuintes, por meio da formação e orientação dos funcionários. A estrutura organizacional da UGC foi revista e foram feitas recomendações para o seu aperfeiçoamento. Além disso, foram examinadas as práticas e os procedimentos na área de recursos humanos e feitas recomendações para a sua melhoria.



Caixa 3. As Comores aumentam a receita fiscal face ao PIB em 6,6 pontos percentuais

Uma série de missões realizada às Comores desde o EF 17 centrou-se no reforço das atividades de gestão da conformidade da administração tributária do país. O AFS trabalhou com as autoridades e colaborou com outros parceiros de desenvolvimento para criar um gabinete de grandes contribuintes. Isto envolveu a seleção dos grandes contribuintes, a compilação dos respetivos processos fiscais num ambiente manual, o acompanhamento do seu cumprimento em matéria de declaração e pagamento e a notificação e o seguimento de casos de não cumprimento. A assistência do AFS ajudou também a administração tributária a estabelecer o saldo de atrasados fiscais e a definir uma estratégia para executar a sua cobrança. Foram desenvolvidos planos de auditoria e os auditores receberam formação e orientação para auditar e resolver os casos de auditoria dos contribuintes. Desde então, as receitas fiscais aumentaram 6,6 pontos percentuais face ao PIB, passando de um mínimo de 11,1% em 2015 para 17,7% projetados no final de 2018.

- **Lesoto:** A capacidade de gerir de forma eficaz o risco de conformidade foi reforçada através da formação em análise de dados e do desenvolvimento de inteligência financeira.

- **Maurícias:** A Autoridade da Receita das Maurícias (MRA) reavaliou a sua estratégia de comunicação com os contribuintes de modo a melhorar o cumprimento voluntário. Começou também a utilizar análises de dados avançadas para gerir melhor as prioridades das empresas, por meio da gestão do risco de conformidade (GRC) e do reforço da integridade.
- **Madagáscar:** Prosseguiu o fortalecimento da capacidade de auditoria e os impostos atrasados caíram de 779 mil milhões de ariari para 414 mil milhões de ariari entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018.
- **Namíbia:** O MF formulou um quadro de gestão estratégica de médio prazo para estabelecer plenamente a Agência da Receita da Namíbia (NAMRA) e garantir a sua modernidade.
- **Seicheles:** A Comissão da Receita das Seicheles desenvolveu requisitos de especificação de negócios para a aquisição e implementação de um novo sistema de administração tributária.
- **África do Sul:** O Serviço da Receita da África do Sul reforçou a sua capacidade de auditoria por meio da formação dos auditores tributários e aduaneiros em preços de transferência e do desenvolvimento de uma política de acordo prévio de preços.
- **Eswatini:** Reforçou a capacidade da UGC para realizar auditorias eficazes, baseadas no risco, de contribuintes no setor financeiro.
- **Zâmbia:** Realizou a correspondência dos dados tributários e alfandegários para reforçar a capacidade da Autoridade da Receita da Zâmbia (ZRA) de gerir melhor as prioridades das empresas através da GRC.
- **Zimbabwe:** Fez progressos significativos nessas cinco áreas: i) formulação de uma nova estratégia empresarial para 2019-2023, desenvolvimento de ferramentas a usar para acompanhar os progressos e instituição de mecanismos para avaliar a implementação efetiva das reformas; ii) identificação dos pontos fortes e fracos da administração tributária, ao levar a cabo um exercício no âmbito da ferramenta de avaliação de diagnóstico da administração tributária (TADAT); iii) definição de prioridades de reforma após as constatações do TADAT, definição do âmbito e formulação de uma estratégia de receita de médio prazo apoiada pelo fundo tópico de mobilização de receita (RMTF) do FMI; iv) reforço da capacidade em matéria de GRC, através da correspondência de dados aduaneiros e tributários referentes a grandes importadores e exportadores; e v) reexame da funcionalidade do Sistema Integrado de Administração Tributária para o tornar mais eficaz para apoiar as operações da administração tributária do Zimbabwe (ZIMRA).

Programa de aprendizagem entre pares e colaboração com os parceiros no EF 19

- **Fórum Africano para a Administração Fiscal (ATAF):** Um consultor residente do AFS em Administração Tributária participou num workshop especial sobre estratégia do ATAF, o que contribuiu para o desenvolvimento do programa de trabalho de 2019 do centro. O consultor participou também na quinta Assembleia Geral do ATAF e integrou um painel que debateu a necessidade de novas soluções para melhorar a mobilização de recursos internos em África. A Assembleia Geral contou com a presença de Comissários Gerais de 38 países membros africanos, parceiros de desenvolvimento e alguns técnicos tributários do continente.
- **SADC:** O Subcomité Tributário da SADC familiarizou-se com o programa de capacitação em administração da receita do AFS e o seu apoio à agenda de harmonização e integração regionais.
- **Moçambique:** A Autoridade Tributária de Moçambique reforçou a sua capacidade de registo de contribuintes através do destacamento de três funcionários à Receita Federal do Brasil.
- **Maurícias e Zâmbia:** Reforçaram sua capacidade de análise de dados e desenvolvimento de inteligência financeira para fins de GRC com a participação de um funcionário das Maurícias e dois da Zâmbia numa missão conjunta do AFS ao Zimbabwe na área de correspondência dos dados das administrações tributária e aduaneira.

Caixa 4: A Namíbia cria uma autoridade tributária

O AFS apoiou o MF a criar uma autoridade tributária. As missões de AT ao longo de quase dois anos trabalharam com a equipa da NAMRA no cumprimento dos seguintes marcos: desenvolvimento do plano para a criação da autoridade; proposta de uma estrutura organizacional; desenvolvimento de um plano de gestão de transição e de comunicações para conseguir o envolvimento dos intervenientes; revisão da lei que estabelece a NAMRA e aconselhamento sobre as suas disposições e poderes; e aconselhamento sobre os princípios de gestão e as estruturas de governação do projeto. A equipa de AT reviu também o perfil do cargo de Comissário. A Lei da NAMRA foi aprovada pelo Parlamento e estabeleceu a criação da NAMRA numa data a anunciar pelo Ministro. O Conselho de Administração foi nomeado e o processo de recrutamento do Comissário já se iniciou. O AFS também desenvolveu um quadro de gestão estratégico de médio prazo a considerar para adoção pelo Conselho da NAMRA.

Existem ainda alguns desafios a ultrapassar em muitas administrações tributárias da região para melhorar a sua eficácia na gestão da conformidade. De destacar:

- a ausência de dados de qualidade e da capacidade para os analisar de modo a obter informação a utilizar para a gestão eficaz do cumprimento e do desempenho da administração da receita. Mesmo com a automatização, a utilização de dados enquanto recurso estratégico para a tomada de decisões e controlo de gestão não melhorou consideravelmente;
- procedimentos não documentados ou deficientes criam espaço para a ausência de integridade, falhas na boa governação e corrupção;
- um fraco empenho e apoio da gestão para implementar as recomendações da AT, o que se manifesta largamente na alocação inadequada de recursos para as reformas, no acompanhamento limitado dos progressos e na não responsabilização pelos resultados desejados; e
- a capacidade limitada para gerir reformas estratégicas que resultem em benefícios não concretizados decorrentes dos esforços de reforma.

Prioridades da AT do EF 20

O plano da administração tributária para o EF 20 centra-se nos seguintes resultados:

- **Uma proporção maior de contribuintes que cumprem as suas obrigações de pagamento:**
 - **Comores:** Formação e orientação adicionais à UGC para melhorar a arrecadação dos atrasados fiscais.
 - **Madagáscar:** Revisão dos progressos na estratégia de gestão e recuperação da dívida e prestação de orientação e apoio adicionais.
- **A auditoria e outros programas de verificação asseguram eficazmente o rigor do reporte:**
 - **Botswana:** Prestação de formação e de orientação adicional para a capacitação da UGC com vista a melhorar o rigor do reporte dos contribuintes no setor financeiro.
 - **Comores:** Desenvolvimento dos critérios para a seleção dos casos de auditoria e do plano de auditoria anual e orientação dos auditores da UGC para a implementação do plano.
 - **Madagáscar:** Desenvolvimento do plano de auditoria baseado no risco nacional e das normas de qualidade da auditoria e prestação de apoio para a sua implementação.
 - **Maurícias:** Revisão dos progressos na implementação de análises de dados avançadas e estabelecimento de uma Unidade Analítica, com orientações adicionais para reforçar as capacidades.
 - **África do Sul:** Desenvolvimento do curso de acordos prévios de preços de transferência, início do lançamento do curso e adoção do quadro de APP, assim como a prestação de apoio à sua implementação.
 - **Eswatini:** Revisão do plano de melhoria da conformidade e das estruturas organizativas que está a ser implementado no âmbito do RMTF; reforço da capacidade da UGC para aumentar ainda mais a conformidade do setor de seguros.

- **Zimbabwe:** Formação adicional prestada para reforçar a capacidade de auditoria do setor das telecomunicações.
- **Moçambique:** Formação e orientação prestadas para reforçar a capacidade de auditoria.
- **Maior capacidade de reforma devido a uma estratégia de reforma clara:**
 - **Angola:** Apoio prestado à implementação e monitorização de uma nova estratégia para 2020-24 formulada no EF 19.
 - **Comores:** Identificação das prioridades de reforma através de uma missão de definição de estratégia.
 - **Madagáscar:** Identificação das prioridades de reforma através de uma missão de definição de estratégia.
 - **Namíbia:** Apoio adicional à implementação da NAMRA enquanto organização funcional e eficaz.
 - **Seicheles:** Identificação dos pontos fortes e fracos da administração tributária através de uma missão do TADAT.
 - **Zimbabwe:** Formação e orientação adicionais prestados à equipa de coordenação da estratégia da ZIMRA para a implementação do plano estratégico de 2019-23 e análise dos progressos na implementação do programa do RMTF.
- **As prioridades das empresas são melhor geridas através de uma gestão de riscos (GR) eficaz:**
 - **Zâmbia:** Formação e orientação prática para reforçar a capacidade de analisar dados e compilar inteligência para uma GRC eficaz.
 - **Lesoto:** Prestação de apoio adicional para formar uma capacidade eficaz de análise de dados.
- **Implementação eficaz de um novo imposto ou de legislação modernizada:**
 - **Angola:** Prestação de apoio para atualizar os sistemas de TI visando a administração eficaz do IVA.
- **Reforço das iniciativas de serviços ao contribuinte para apoiar o cumprimento voluntário:**
 - **Comores:** Desenvolvimento e apresentação às autoridades da estratégia de serviços prestados aos contribuintes.
 - **Madagáscar:** Desenvolvimento da estratégia e de normas dos serviços prestados aos contribuintes e prestação de orientação para uma implementação efetiva.

Formação regional e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

Para aprofundar a harmonização regional através de seminários e cursos específicos, iniciativas de aprendizagem entre pares e redes de contatos regionais, serão realizadas as seguintes iniciativas:

- um seminário regional conjunto AFE/AFS/AFW2 sobre governação da administração da receita;
- um seminário personalizado sobre técnicas de auditoria de contribuintes destinado a Madagáscar e às Comores;
- participação na reunião da comissão fiscal da SADC e em eventos organizados por instituições regionais de DC;
- organização de destacamentos profissionais para pelo menos um país do AFS; e
- participação de pelo menos um funcionário de um país numa missão de AT do AFS.

Riscos específicos do setor e mitigação de riscos

Os riscos para a consecução dos objetivos na administração tributária incluem:

- ausência de capacidade para gerir eficazmente as mudanças e as reformas estratégicas;
- instabilidade na gestão superior, o que influencia a sustentabilidade da orientação e das reformas acordadas;
- apoio político insuficiente para fazer face aos principais riscos de cumprimento em algumas administrações;
- empenho insuficiente da gestão para definir a orientação, disponibilizar recursos da contraparte e implementar medidas de prestação de contas; e

- preocupações de segurança que resultem no adiamento das missões.

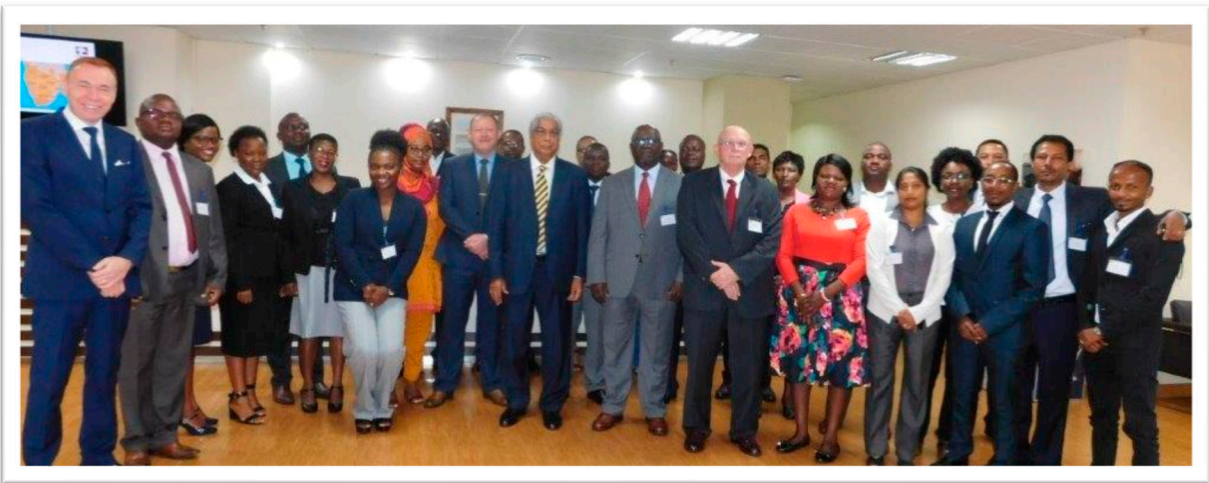
As medidas de mitigação incluem a assistência aos países para:

- reforçar a sua capacidade de gerir reformas e implementar metodologias de gestão estratégica eficazes;
- orientar a administração das receitas para a gestão eficaz da mudança e processos de envolvimento de intervenientes por forma a obter apoio para as reformas; e
- apresentar recomendações específicas nos relatórios de AT no sentido da responsabilização da gestão e de apoio demonstrável às reformas.

Caixa 5: Projeto de correspondência de dados da ZIMRA

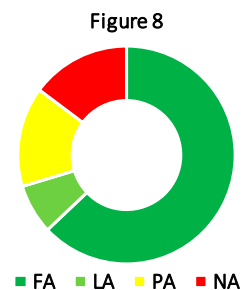
O projeto de correspondência de dados auxiliou a ZIMRA a identificar os riscos de cumprimento no registo, declaração, pagamento e reporte rigoroso dos contribuintes. O projeto ajudou a ZIMRA a rever os dados dos 116 maiores importadores e 16 maiores exportadores que representam mais de 70% do valor total das importações e 85% do valor total das exportações no Zimbabwe. Ordenou e classificou todos os principais comerciantes identificados de acordo com 98 fatores de risco de cumprimento, identificou os riscos de cumprimento significativos em 2016 num total de vários mil milhões de USD em valor comercial, assim como os riscos sistémicos para as receitas, e preparou um plano de ação detalhado (curto e médio prazo) para validar as anomalias e mitigar os potenciais riscos identificados de não cumprimento. O plano foi acordado e está a ser implementado com o apoio contínuo do AFS.

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA – Alargar as Oportunidades Comerciais e Modernizar as Administrações Aduaneiras
Philip Wood



Execução do programa de trabalho em matéria de Administração Aduaneira do EF 2019

O programa aduaneiro continuou a prestar DC para apoiar os países no cumprimento do seu mandato básico de maximizar a arrecadação de receitas, facilitar o comércio e proteger a sociedade de bens proibidos e sujeitos a restrições, como drogas e armas de fogo. Foram realizadas missões de AT a 11 países membros durante os EF 18 e EF 19 para apoiar os progressos nessas áreas. De um total de 27 marcos, 19 (60%) foram total ou largamente cumpridos (Figura 8). De destacar as seguintes realizações durante o período:



- **Angola:** Gestão e liderança reforçadas através da realização de um curso de formação de duas semanas sobre questões aduaneiras e fiscais destinado a gestores de alto nível.

- **Comores:** Redação do Código Aduaneiro e de regulamentação de apoio para cumprir as normas em matéria de boas práticas. Foi preparado um manual de procedimentos revisto.
- **Eswatini:** Realização de um workshop sobre gestão e conformidade dos impostos sobre consumos específicos e aprovação do plano de ação para melhorar o controlo e a monitorização dos operadores sujeitos ao imposto sobre consumos específicos.
- **Lesoto:** Reforço da capacidade de auditoria pós-desalfandegamento (APD) através da prestação de formação técnica e do desenvolvimento e implementação de planos de auditoria anuais baseados numa avaliação de riscos.
- **Maurícias:** Desenvolvimento da capacidade analítica através da conclusão de um exercício de correspondência de dados, apoio ao estabelecimento de uma unidade especializada para utilizar os dados disponíveis para a definição de perfis de risco tributário e alfandegário.
- **Moçambique:** Apoio à implementação de um plano de ação concebido para o desenvolvimento adicional da capacidade de APD.
- **Namíbia:** Reforço da gestão de riscos e de funções de fiscalização.
- **Seicheles:** Conceção de um programa piloto para a implementação de um Quadro de Controlo e Garantia de Gestão para melhorar a transparência e a integridade.
- **Zâmbia:** Desenvolvimento das competências analíticas através da conclusão de um exercício de correspondência de dados e do reforço adicional da capacidade de APD através da adoção e implementação de procedimentos detalhados, medidas de controlo de qualidade e modelos.
- **Zimbabwe:** Desenvolvimento de competências analíticas através da conclusão de um exercício de correspondência de dados e de capacitação na Unidade de GR com vista a rever os critérios de seletividade existentes no sistema de desalfandegamento aduaneiro automático e a criar novos perfis de risco.

Seminários regionais e programa de aprendizagem entre pares no EF 19

Seminário regional: Um seminário sobre ‘Reforço da Administração dos Impostos Especiais’ proporcionou um fórum para explorar os desafios para a administração que os programas de impostos especiais representam, e espera-se que reforce a capacidade dos funcionários dos impostos especiais e apoie o desenvolvimento de programas de controlo baseado no risco a fim de melhorar o cumprimento e proteger as receitas.

Programa de destacamentos profissionais: Dois funcionários das alfândegas da ZRA e um funcionário da MRA foram destacados para uma missão de AT de correspondência de dados na ZIMRA. Os objetivos gerais do destacamento profissional foram: i) partilhar experiências na sequência da implementação de um Sistema de Classificação de Risco de Cumprimento nas Maurícias usando técnicas de correspondência de dados, ii) melhorar a capacidade regional de realizar e implementar um exercício de correspondência de dados através da interação intensiva e da transferência de conhecimentos com os peritos em missão de curto prazo e iii) capacitar os funcionários para executarem um programa de AT. A missão decorreu ao longo de um período de três semanas e resultou num extenso relatório que foi aceite e será implementado pela ZIMRA. Os comentários dos funcionários foram extremamente positivos, tendo adquirido conhecimentos a implementar nas suas próprias administrações.

Prioridades da AT do EF 20

Em linha com o programa da Fase II e em coordenação com o FAD, o plano do AFS no domínio da Administração Aduaneira objetiva cumprir marcos concentrados nos seguintes elementos:

- Desenvolvimento de capacidades sólidas de liderança e gestão para melhorar a planificação estratégica, a transparência e a integridade (Angola);
- Melhoria dos controlos aduaneiros através da GRC e correspondência de dados (Eswatini, Lesoto, Namíbia e Zimbabwe);

- Iniciativas de facilitação do comércio e dos serviços para apoiar o cumprimento voluntário (Comores e Maurícias);
- Desenvolvimento de quadros de controlo e garantia de gestão através da implementação de perfis de gestão (Namíbia e Seicheles);
- Programas de APD e combate ao contrabando (Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe); e
- Reforço do controlo e da monitorização dos regimes de impostos sobre consumos específicos (Eswatini, Lesoto e Maurícias).

Formação regional e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

Estão planeados dois seminários regionais para o EF 20, nomeadamente:

- um seminário regional em parceria com o AFE e o COMESA sobre a utilização de ferramentas analíticas de dados para efeitos de melhoria do cumprimento, facilitação do comércio e aumento da arrecadação.
- um seminário regional sobre avaliação aduaneira.

Riscos específicos do setor e mitigação de riscos

Os desafios à execução completa do programa de trabalho são ainda a capacidade de absorção por parte das administrações da receita, inclusive por questões de pessoal, bem como a conclusão precoce de missões e, em alguns países, questões de segurança. O AFS, em consulta com as administrações da receita, irá rever o programa de trabalho para satisfazer o aumento da procura dos países com maior capacidade de absorção e bons progressos nos marcos.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

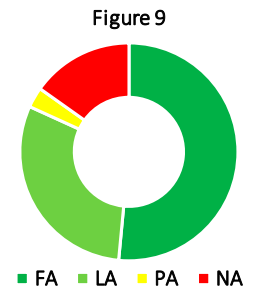
SUPERVISÃO E REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIAS – Comparação da Arquitetura Regulamentar e de Supervisão face às Melhores Práticas Internacionais – Ravi Mohan P.R



Execução do programa de trabalho em matéria de SRB do EF 19

O tema global que caracteriza o programa de trabalho do EF 19 é o esforço consciente no sentido de comparar a arquitetura de supervisão e regulamentação dos países membros face às melhores práticas internacionais.

O programa de trabalho do EF 19 visa apoiar os esforços das autoridades para reforçar a estabilidade e a resistência do setor financeiro. Os países do AFS realizaram progressos significativos na implementação do Basileia II e do Basileia III, atualizando o quadro de política de fiscalização da supervisão CBC/FT, melhorando a supervisão baseada no risco (RBS) e adquirindo competências na adoção da Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 9. Dos 33 marcos, 27 (82%) foram total ou largamente cumpridos até ao final do EF 19 (Figura 9). Espera-se que sejam feitos progressos nos marcos restantes durante o EF 20.



Os progressos face aos marcos pendentes do EF 18 e do EF 19 incluem:

- **Angola:** Parte da implementação das orientações de Basileia II sobre o Pilar 2 foi concluída e os supervisores iniciaram o processo de revisão e avaliação no âmbito da supervisão (PRAS) com base nos documentos apresentados pelos bancos para o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP).
- **Lesoto:** Adoção da abordagem baseada no risco à supervisão dos riscos relacionados com o branqueamento de capitais/financiamento ao terrorismo (BC/FT).
- **Namíbia:** A implementação de elementos selecionados do Basileia está em curso e numa fase avançada. Os aspetos da definição de capital estão concluídos e os requisitos de liquidez constituem um trabalho em curso. A sua finalização está iminente.
- **Maurícias:** Conclusão da redação da Lei do Banco das Maurícias, da Lei relativa ao Setor Bancário e outras leis para melhorar o processo de supervisão.
- **Zâmbia:** A prestação de formação especializada ministrada pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI (MCM) fomentou a definição de perfis de risco, o desenvolvimento da matriz de risco e a classificação do risco para implementar a RBS e facilitar a capacitação nessa área.
- **Eswatini:** Finalização das orientações do Basileia II e adoção da abordagem baseada no risco à supervisão dos riscos relacionados com BC/FT.
- **Seicheles:** A implementação da IFRS 9 assenta numa base sólida e o pessoal de supervisão recebeu formação apropriada para desenvolver as suas competências.

Caixa 6: História de sucesso – Aproximação com a África do Sul

Um seminário sobre supervisão centrada no risco de transações transfronteiras foi realizado em Pretória, dirigido aos funcionários do Banco da Reserva da África do Sul (SARB). Os participantes eram analistas juniores e seniores do Departamento de Supervisão Financeira e supervisores internos e externos da Autoridade Prudencial do SARB. O seminário abordou os conceitos e aspetos operacionais da supervisão transfronteiras, incluindo o Princípio Fundamental de Basileia que aborda este aspeto e os pormenores do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho de Colégios de Autoridades de Supervisão do Comité de Supervisão Bancária da Basileia (CBSB) sobre supervisão transfronteiras. O seminário realçou os desenvolvimentos recentes da RBS e a extensão da abordagem baseada no risco na supervisão de transações transfronteiras. O seminário permitiu também melhorar as competências e os conhecimentos dos participantes e prepará-los para os desafios da implementação. O AFS espera estreitar ainda mais a aproximação estabelecida com a África do Sul no EF 20 e mais além.

Os seminários regionais e as atividades de aprendizagem entre pares já realizados até ao final do EF 19 abrangem os seguintes temas:

- **Seminário sobre gestão de crises e resolução de crises nos países da SADC:** Este seminário foi organizado em colaboração com a SADC e o Secretariado do Comité de Governadores dos Bancos Centrais na Academia da SARB em benefício dos países da SADC. O seminário forneceu aos

participantes um quadro para analisar os vetores, as questões e os desafios da crise financeira e desenvolver um mecanismo de mitigação para fazer face a esses eventos.

- **Seminário sobre o impacto das reformas do Basileia III:** Um seminário regional destinado aos funcionários de nível médio/superior dos bancos centrais e agências de supervisão diretamente responsáveis pela regulamentação prudencial e a supervisão no local e remota dos bancos. O seminário explicou os pormenores das reformas recentemente concluídas do Basileia III pelo CBSB e preparou os participantes para os desafios decorrentes da implementação.
- **Missão de AT relativa a fintech com seminário:** Uma missão de AT que integra componentes de um seminário, uma estreia nos RTAC, foi realizada pelo MCM na Namíbia para ajudar as autoridades a compreenderem os desenvolvimentos das fintech e serem capazes de adaptar e aplicar quadros regulamentares adequados e abordagens de política à gestão de riscos, à eficiência e às oportunidades de negócio geradas pelas novas tecnologias.
- **Revisão da estabilidade do setor financeiro (FSSR) – Zimbabwe:** O consultor do AFS integrou a equipa que realizou a FSSR no Zimbabwe – a primeira entre os 13 países do AFS. A FSSR combina um diagnóstico de referência do setor financeiro com a capacitação local a fim de melhorar a estabilidade do setor financeiro e formula um plano de reforma de AT estruturado para o efeito.
- **Seminário personalizado – Maurícias:** O AFS realizou um seminário sobre a abordagem baseada no risco na área de supervisão CBC/FT, destinado especificamente aos órgãos de regulamentação e supervisão. O objetivo era conscientizar os participantes sobre os conceitos, as metodologias e os resultados dos riscos de BC/FT e as perspetivas regulatórias que emanaram recentemente das entidades internacionais, como o Grupo de Ação Financeira Internacional e o CSBB.
- **Outros:** O consultor do AFS participou num painel sobre um ‘Novo quadro relacionado à conformidade e ao combate ao branqueamento de capitais’ numa conferência de dois dias organizada pela Comissão de Serviços Financeiros das Maurícias sobre o tema ‘Centro Financeiro Internacional das Maurícias – uma visão prospectiva’. O tópico discutido foi ‘Abordagem Baseada no Risco à Supervisão CBC/FT’.

Prioridades da AT do EF 20

O AFS continuará a ajudar na capacitação para permitir a conclusão das reformas do setor financeiro e facilitar a adoção das melhores práticas internacionais no domínio da regulamentação e supervisão bancária. Conforme indicado na edição de outubro de 2018 do Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial, o FMI apoia uma abordagem à regulamentação e supervisão na qual a complexidade das normas técnicas e o grau de esforço da supervisão sejam proporcionais à importância sistêmica de cada instituição e à importância mundial de cada jurisdição. O AFS repetirá esta abordagem no programa de trabalho do EF 20. O programa visa 31 novos marcos para ajudar os países na região a:

- implementar a IFRS 9;
- garantir o reforço da fiscalização do quadro de supervisão, particularmente para a melhoria do quadro de supervisão baseada no risco;
- melhorar o cumprimento das normas internacionais, em especial, o Basileia II e o Basileia III; e
- assegurar a estabilidade financeira através da supervisão macroprudencial numa base jurídica sólida, transparente e de aplicação obrigatória.

O AFS visará também a capacitação do pessoal de supervisão dos países membros. O programa incluirá formação e capacitação orientadas, ao passo que a modernização do quadro jurídico para a implementação dos desenvolvimentos da arquitetura regulamentar/de supervisão será executada em paralelo, com o apoio do Departamento Jurídico do FMI.

Formação regional e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

Atividades de formação regionais planeadas para o EF 20:

- um seminário/curso regional sobre 'Governança Corporativa' em colaboração com a SADC;
- um seminário sobre a IFRS9 – questões ligadas à implementação;
- pelo menos uma participação de um consultor do AFS num evento regional sobre um tópico relevante; e
- pelo menos um destacamento profissional, que consiste na participação de um funcionário do banco central de um país frágil numa outra jurisdição desenvolvida para formação profissional.

Caixa 7: Abordar as deficiências na governança corporativa

A crise financeira mundial despoletou uma grande reforma da arquitetura regulamentar, e a Governança Corporativa tornou-se uma parte integrante deste processo. Os Princípios Fundamentais de Basileia revistos para a Supervisão Bancária incluem um princípio exclusivo sobre Governança Corporativa. Os Programas de Avaliação do Setor Financeiro realizados nos países desvendaram as lacunas, deficiências e falhas relativamente à governança corporativa no setor financeiro. No plano internacional, muitos países estão em processo de introdução/melhoria da estrutura de governação nas instituições financeiras, em especial nos bancos, e a ASS não é exceção. Existe uma necessidade de melhorar as práticas de governança corporativa e instalar uma cultura sólida nas entidades supervisionadas por parte dos supervisores. Tal resultará no limite à assunção de risco excessivo e na responsabilização o Conselho de Administração.

Riscos específicos do setor e mitigação de riscos

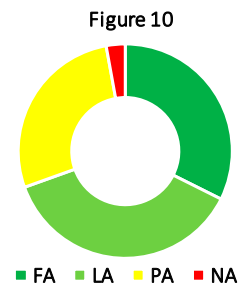
A maioria dos países realizou bons progressos nas suas agendas de reforma para abordar os riscos da supervisão e regulamentação bancárias. Outros foram menos eficazes – limitados sobretudo pela elevada rotatividade de pessoal, programas excessivamente ambiciosos e/ou alterações dos programas a meio do caminho e incertezas políticas. Um progresso mais lento do que o previsto na modernização dos quadros jurídico e regulamentar continua a representar uma grande área de risco no desenvolvimento dinâmico e acelerado ao nível dos órgãos normativos internacionais. O AFS encoraja o destacamento de pessoal em número suficiente e com as competências necessárias, de modo a que as estruturas organizativas apoiem totalmente o(s) mandato(s) das autoridades, e continuará a prestar formação à medida do necessário.

OPERAÇÕES MONETÁRIAS E DO MERCADO CAMBIAL – Melhores Quadros de Política Monetária e Maior Transparência dos Bancos Centrais – Carina Selander



Execução do programa de trabalho do EF 2019

O trabalho do AFS visando a capacitação nesta área centrou-se em consolidar os ganhos alcançados e em garantir a sustentabilidade da modernização dos quadros de política monetária, o que abrange os elementos de governação, modelagem e previsão da inflação, análise de políticas, capacidades de comunicação e implementação da política monetária. Os esforços de DC no EF 19 continuaram a: i) fortalecer a capacidade de os bancos centrais comunicarem eficazmente a política monetária, ii) melhorar os quadros internos e os processos de modelagem e de previsão e a análise de políticas, e iii) reforçar as competências analíticas e a compreensão dos mercados monetário, cambial e de valores mobiliários. De um total de 105 marcos visados no EF 18 e no EF 19, 73 (70%) foram total ou largamente cumpridos (Figura 10).



As principais realizações durante o período relativamente aos marcos almejados incluem: **Botswana:** Como parte da melhoria do quadro de previsões a muito curto prazo no Banco do Botswana, foram desenvolvidos novos modelos de previsão de curto prazo da inflação e, com vista a torná-la trimestral, foi criado um novo relatório-modelo, uma base de dados e processos para o Inquérito de Expectativas de Negócios. Além disso, uma missão de seguimento à implementação da política monetária e desenvolvimento do mercado prestou assistência prática para a resolução de questões pendentes, o desenvolvimento da gestão e análise de dados e de relatórios financeiros, o fortalecimento da inteligência de mercado e o desenvolvimento de ferramentas e modelos de previsão da liquidez.

- **Maurícias:** Como parte do projeto em curso do Sistema de Previsão e de Análise de Políticas (FPAS), foi desenvolvido um novo quadro para previsões a muito curto prazo do PIB. Foi disponibilizado um programa de orientação sobre bancos centrais modernos a cerca de 40 funcionários novos do banco central, através de um seminário que incluiu também participantes de outros países da região. Foi realizado um workshop/missão de AT combinados e orientados para a consolidação das recomendações e reformas do quadro de política monetária e para o desenvolvimento de uma sugestão de uma versão atualizada e modernizada a ser considerada para implementação.
- **Zâmbia:** O projeto FPAS registou progressos significativos através da conclusão de um modelo macroeconómico prioritário, uma pequena base de dados sofisticada e um embrião de um quadro de previsão a muito curto prazo.
- **Seicheles:** Foi concluída uma missão de avaliação sobre o desenvolvimento de um mercado secundário de títulos públicos e está a avançar o projeto FPAS para o desenvolvimento de um quadro de previsões a muito curto prazo.

Para dar maior apoio à implementação das reformas de política monetária na região, o AFS continuou a financiar atividades de formação e de aprendizagem entre pares nas principais áreas. De destacar as seguintes atividades conduzidas no EF 19:

- **Programa de orientação para os novos funcionários do banco central:** Como parte dos esforços de apoio dos bancos centrais da região à modernização dos seus quadros e à adoção das melhores práticas, realizou-se um seminário em cooperação com o Banco das Maurícias (BoM). O seminário abrangeu a maioria dos aspetos das atividades dos bancos centrais. Os consultores do AFS fizeram apresentações no seminário, à semelhança de funcionários do BoM. O seminário incluiu também duas intervenções por videoconferência – uma sobre governação realizada por Ashraf Khan na sede de Washington e outra por Kerstin af Jocknick, vice-governadora do Riksbank (o banco central sueco).
- **Workshop avançado sobre transações cambiais:** Foi realizado um workshop regional sobre mercado cambial e transações cambiais com sessões de simulação de transações, incluindo operações de cobertura e comercialização à vista. O seminário foi organizado em conjunto com o AFW2, o AFE e a ACI Austrália.

- **Seminário bilateral de intercâmbio de conhecimentos:** Foi realizado um segundo seminário mediado pelo AFS com a presença das Seicheles e das Maurícias, centrado nos quadros de implementação da política monetária, nos mercados monetário e cambial. Foi dada uma ênfase especial ao desenvolvimento de um mercado secundário e ao estabelecimento de uma curva de rentabilidade apropriada.
- **Programa de destacamentos profissionais:** Como parte do projeto do FPAS em curso no Banco Nacional de Angola, cinco funcionários do BNA visitaram o Banco Central do Brasil para adquirir conhecimentos sobre modelagem macro, previsões de curto prazo, gestão e análise de dados, bem como a estruturação do processo de políticas. O programa incorporou apresentações por ambos os bancos, bem como encontros bilaterais entre peritos. O programa foi bastante apreciado pelos participantes e resultou tanto na cooperação mais estreita entre ambos bancos centrais como em novas ideias e planos de desenvolvimento para o Banco Nacional de Angola.

Caixa 8: Explorar as sinergias entre o ATI e o AFS

Como parte dos esforços para melhorar a cooperação e a utilização mais eficaz das vantagens comparativas de cada instituição, o AFS e o ATI apoiaram-se mutuamente em diversas ocasiões durante o EF 19. Dois economistas do ATI deram palestras no Banco das Maurícias no âmbito do programa de orientação. Um economista do ATI também participou numa parte de uma missão sobre implementação de política monetária e desenvolvimento de mercado no Banco das Maurícias. Diversos consultores residentes do AFS contribuíram nos cursos ministrados pelo ATI, por exemplo, o consultor de OPM do AFS participou no curso de Análise e Previsão de Política Monetária. A experiência adquirida com essa cooperação foi muito positiva e bastante apreciada por ambas as instituições. O AFS buscará estimular novas oportunidades e explorar a proximidade entre o ATI e o AFS.

Prioridades da AT do EF 20

O AFS continuará a realizar atividades de capacitação para apoiar as reformas de política monetária em curso e fomentar a adoção das melhores/boas práticas internacionais modernas nas áreas da modelagem e previsão, comunicação e implementação de política monetária para estimular o desenvolvimento do mercado na região. Quadros de política monetária modernizados, em combinação com sistemas financeiros sólidos, ajudarão a manter a inflação em níveis baixos e a melhorar o acesso ao financiamento. O apoio ao DC no FPAS foi apreciado na região e prosseguirá. Além disso, as modalidades da prestação serão alinhadas ao seu impacto de política. Embora a procura e a consolidação de DC sobre operações de política monetária tenham enfraquecido em alguns países, continuam a representar uma prioridade fundamental nos países que estão em processo de transição para quadros de política monetária atuais e mais modernos.

Em termos gerais, o programa do EF 20 ajudará os países na região a:

- continuar e, em alguns casos, possivelmente finalizar, a implementação do FPAS para assegurar uma política monetária mais bem informada;
- aumentar a transparência e a prestação de contas, assim como a eficácia da política monetária através do reforço da capacidade de comunicação dos bancos centrais;
- apoiar os bancos centrais nos seus esforços para desenvolver os mercados financeiros; e
- aumentar e alargar a capacidade e as competências gerais em matéria de política monetária dos funcionários dos bancos centrais da região.

Formação regional e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

Atividades de formação regionais planeadas para o EF 20:

- um seminário sobre o FPAS (possivelmente em conjunto com o ATI e em combinação com um curso do ATI);

- um seminário sobre implementação de política monetária e desenvolvimento de mercado;
- um programa de orientação para as Comores;
- participação do consultor do AFS em eventos regionais associados a política monetária, operações, comunicações ou outra área relacionada;
- organização de pelo menos um evento de aprendizagem entre pares, como uma visita a outros bancos centrais, seminários regionais/bilaterais de intercâmbio de conhecimentos, ou outros eventos semelhantes;
- organização de pelo menos um destacamento profissional, que consiste na participação de um funcionário de um país menos avançado numa outra jurisdição desenvolvida para formação profissional numa área prioritária.

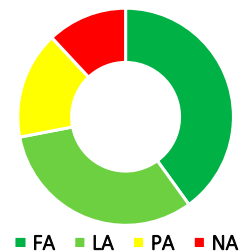
INFRAESTRUTURA DOS MERCADOS FINANCEIROS -- Faith Stewart



Execução do programa de trabalho do EF 19 na área de IMF

No geral, os países do AFS realizaram progressos nas suas agendas de modernização: atualizando os quadros da política de supervisão, implementando melhores estratégias de gestão de riscos, adquirindo competências e realizando as avaliações iniciais das infraestruturas dos mercados financeiros (IMF) face às normas internacionais. Dos 25 marcos, 18 (72%) foram total ou largamente cumpridos até ao final do EF 19 (Figura 11).

Figure 11



As áreas de progresso registadas durante o período face aos marcos do EF 18 pendentes e os marcos almejados para o EF 19 incluem:

- **Lesoto:** Conclusão da redação do documento de visão e estratégia.
- **Lesoto:** Está agora a ser implementada uma nova estrutura que permite a separação efetiva das operações da supervisão, e prossegue a formação respetiva.
- **Namíbia:** Conclusão da avaliação inicial do sistema de liquidação por bruto em tempo real (LBTR) e revisão pelo AFS/MCM. A sua finalização está iminente.
- **Namíbia:** A prestação de formação especializada pelo MCM fomentou a gestão de riscos, a supervisão, a fiscalização e a capacidade de avaliação da gestão de riscos cibernéticos nas instituições financeiras, nas IMF e nos prestadores de serviços de pagamentos.
- **Zâmbia:** A formação prática resultou num novo envolvimento e empenho dos operadores de IMF com vista a concluir as avaliações iniciais do sistema de LBTR e da câmara de compensação automática. O exercício tinha sido anteriormente interrompido devido a limitações de capacidade (conhecimento) e recursos.

Caixa 9: História de sucesso – Namíbia

Apoiado pela AT do AFS, o Banco da Namíbia concluiu com sucesso a sua avaliação inicial do sistema de LBTR face aos princípios da infraestrutura dos mercados financeiros (PIMF). Os PIMF são as normas internacionais de gestão de risco que se aplicam aos sistemas de pagamentos, compensação e liquidação. O seu propósito é aumentar a segurança e a eficácia desses mecanismos e, de modo mais geral, limitar o risco sistémico, estimular a transparência e promover a estabilidade financeira. Depois da África do Sul, a Namíbia é o primeiro país membro do AFS a concluir tal avaliação. A avaliação ajudou a identificar os riscos à estabilidade financeira e oportunidades em potencial para aperfeiçoar as operações do sistema de LBTR e mitigar esses riscos.

Os seminários regionais e as atividades de aprendizagem entre pares já realizados até ao final do EF 19 abrangem os seguintes temas:

- **Workshop nacional sobre os princípios para infraestruturas do mercado financeiro da CPSS-IOSCO (PIMF):** Este workshop foi especificamente solicitado pelo SARB para obter uma compreensão comum e consistência na aplicação das normas internacionais em todos os departamentos internos (SARB) e agências externas envolvidas na regulamentação, operação e fiscalização das IMF. O seminário abordou a nova orientação relativa ao risco cibernético e de fraude.
- **Destacamento profissional:** Os funcionários do Banco Central do Lesoto beneficiaram de um programa de destacamento no Banco do Gana para obter perspetivas práticas sobre a regulamentação da moeda eletrónica e os mecanismos institucionais e organizacionais necessários para uma fiscalização efetiva. O programa também permitiu uma exposição prática à gestão de riscos e fiscalização do sistema de pagamentos de importância sistémica. A participação dos funcionários do Banco do Uganda enriqueceu ainda mais o programa, permitindo um intercâmbio de conhecimentos intra e inter-regional.
- **Seminário sobre fintech:** Este seminário regional, uma estreia nos RTAC, ajudou os países a compreenderem os desenvolvimentos das fintech, para que possam adaptar e aplicar quadros regulamentares adequados e abordagens de política à gestão de riscos, à eficiência e às oportunidades de negócio geradas pelas novas tecnologias.

Prioridades da AT do EF 20

O AFS continuará a ajudar na capacitação para permitir a conclusão das reformas dos sistemas nacionais de pagamentos e auxiliar na adoção das melhores práticas internacionais para a gestão de riscos e fiscalização das IMF. Espera-se que o seu primeiro compromisso bilateral com as autoridades das Maurícias sobre sistemas de pagamento e liquidação ocorra no EF 20. De modo geral, o programa para o EF 20, que visa cumprir os marcos pendentes e novos marcos adicionais, ajudará os países a:

- implementar estratégias/planos de ação nacionais para o desenvolvimento/a reforma dos sistemas nacionais de pagamentos;
- estabelecer e reforçar quadros de supervisão e controlo para as IMF;
- melhorar a conformidade das IMF com as normas internacionais; e
- garantir que o funcionamento das IMF assenta numa base jurídica sólida, transparente e de aplicação obrigatória.

O AFS participa também num programa de cooperação técnica financiado pelo banco central norueguês, que é conduzido em conjunto com o MCM. Um dos objetivos desse programa é auxiliar o Banco de Moçambique a implementar a sua agenda de reforma do sistema de pagamentos e, especificamente, adquirir e implantar um sistema moderno de liquidação por grosso em tempo real. O projeto proporciona formação sobre fiscalização e capacitação, ao passo que a modernização do quadro jurídico para o sistema nacional de pagamentos será financiada pelo AFS e executada em paralelo com o apoio do Departamento Jurídico do FMI, o que terá início no EF 20.

Formação regional e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

Atividades de formação regionais planeadas para o EF 20:

- um semináriocurso regional sobre gestão de riscos orientado para princípios seleccionados dos PIMF;
- pelo menos uma participação do AFS num evento regional que abranja um tópico de IMF;
- pelo menos um destacamento profissional ou participação de um funcionário do banco central numa missão do AFS sobre IMF como observador.

Riscos específicos do setor e mitigação de riscos

A maioria dos países realizou bons progressos na consecução das suas agendas de reforma e na abordagem dos riscos nas IMF. Outros foram menos eficazes, limitados pela alta rotatividade de pessoal (incluindo transferências internas organizadas pela gestão) e por agendas excessivamente ambiciosas, com objetivos múltiplos que ultrapassavam as capacidades dos recursos. Um progresso mais lento do que o previsto na modernização dos quadros jurídico e regulamentar continua a representar uma grande área de risco no ambiente de pagamentos dinâmico e acelerado. O AFS encoraja o destacamento de pessoal em número suficiente e com as competências necessárias para que as estruturas organizativas apoiem totalmente o(s) mandato(s) das autoridades, e continuará a prestar formação à medida do necessário.

PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

ESTATÍSTICAS DO SETOR REAL – Reforçar a compilação e a divulgação de dados sobre estatísticas macroeconómicas para a tomada de decisões de acordo com as normas estatísticas internacionalmente aceites – **Achille Pegoue e Donna Grcman**



Execução do programa de trabalho do EF 19 relativo a Estatísticas

Os países do AFS fizeram progressos na atualização e implementação de conceitos metodológicos e normas relativas às contas nacionais e estatísticas de preços. Até ao final do EF 19, foram total ou largamente cumpridos 66 dos 86 marcos definidos para o EF 18 e o EF 19. Os progressos, conforme medidos pelo ponto de situação dos marcos almejados, variam entre países (Figura 12).

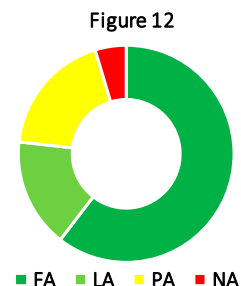
De destacar as seguintes realizações alcançadas pelos órgãos estatísticos:

- **Angola:** Restabelecimento da divulgação do PIB trimestral melhorado;
- **Botswana:** Lançamento das estimativas do IPC rebaseado;
- **Comores:** Divulgação da série rebaseada do PIB; divulgação do IPC aperfeiçoado;

- **Eswatini, Lesoto e Madagáscar:** Divulgação experimental do PIB trimestral;
- **Seicheles:** Divulgação do indicador de tendência de inflação do IPC;
- **Zâmbia:** Preparação do futuro PIB rebaseado;
- **Zimbabwe:** O órgão nacional de estatística (NSA) e a ZIMRA assinaram um Memorando de Entendimento para a partilha de dados.

Atividades regionais

- **Realização de seminários regionais e sub-regionais** destinados a todos os países do AFS. Os seminários do EF 19 são os seguintes:
 - Workshop para os diretores do Instituto Nacional de Estatística de Angola (compilação, utilização e utilidade das contas nacionais);
 - Harmonização das Contas Nacionais e da Balança de Pagamentos (dezembro de 2018); e
 - Cálculo dos Índices de Preços das Exportações e das Importações (fevereiro de 2019).
- **Programa de aprendizagem entre pares:** Dois funcionários de Madagáscar participaram num destacamento profissional de uma semana sobre compilação do IPC nas Maurícias (Caixa 10). Um contabilista nacional da África do Sul participou numa missão ao Lesoto em setembro de 2018 para partilhar experiências sobre a compilação de quadros de recursos e empregos e a utilização de dados administrativos.
- **Participação em eventos regionais/cooperação entre doadores:**
 - Organização de um workshop sobre índices de preços das exportações e das importações em conjunto com o COMESA e o AFE;
 - Um consultor do AFS ajudou o Gabinete Central de Estatística a participar no workshop sobre previsão macro-fiscal em Eswatini;
 - Realização de duas missões conjuntas com a Divisão de Estatística das Nações Unidas e a Comissão Económica das Nações Unidas para África nas Seicheles;
 - Duas missões à Zâmbia para ajudar na compilação do PIB rebaseado coincidiram com a visita do Banco Africano de Desenvolvimento e do Banco Mundial; e
 - O AFS participou da 25ª reunião do Comité Estatístico da SADC.



Caixa 10: Madagáscar: Promover a aprendizagem entre pares na região do AFS sobre metodologias estatísticas

O AFS financiou um programa de destacamento de uma semana de dois membros do pessoal do Instituto Nacional de Estatística de Madagáscar (INSTAT) às Estatísticas das Maurícias. Os progressos realizados para rever as ponderações desatualizadas de 1999 usadas para o índice de preços no consumidor em Madagáscar têm sido lentos. O AFS observou que para além da AT prestada, o INSTAT ainda necessita de apoio para limpar os dados, realizar um controlo de qualidade e preparar documentação para divulgar o IPC reponderado. O programa de destacamento proporcionou a alavancagem para alcançar esta meta e espera-se que o INSTAT divulgue o novo IPC reponderado em 2019. Ajudou igualmente o INSTAT a criar a capacidade para se preparar melhor para o futuro rebaseamento do IPC que se fundamentará no novo inquérito sobre o orçamento das famílias programado para 2019.

Prioridades do EF 20

Em linha com o programa da Fase II e em coordenação com o Departamento de Estatística do FMI, o AFS continuará a promover dados de qualidade, compatíveis com as normas internacionais. O Centro apoiará as iniciativas em curso para a atualização das metodologias e a aplicação de normas avançadas: o Sistema Geral de Disseminação de Dados aprimorado (e-GDDS), o Padrão Especial para Divulgação de Dados (SDDS) e o SDDS Plus.

No EF 20 a orientação continuará a ser a melhoria da solidez metodológica dos dados de base, o rigor, a fiabilidade, a utilidade, a acessibilidade e a atualidade das estatísticas entre os países membros com base nos progressos e na capacidade de absorção dos órgãos estatísticos, e nas prioridades de DC acordadas

entre os órgãos estatísticos e o AFS. As intervenções de DC do AFS no EF 20 serão orientadas no sentido da consecução de cerca de 74 novos marcos nas seguintes áreas-chave:

- Divulgação das estimativas do PIB anual rebaseadas/revistas/melhoradas: África do Sul, Angola, Botswana, Comores, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia
- Desenvolvimento/melhoria das contas nacionais trimestrais: África do Sul, Lesoto, Madagáscar, Namíbia, Zimbábue
- Divulgação do IPC rebaseado/melhorado: Comores, Eswatini, Namíbia, Seicheles
- Desenvolvimento/atualização do IPP: Botswana, Eswatini, Namíbia, Zâmbia

As atividades regionais planeadas para o EF 20 incluirão:

- um seminário sobre contas nacionais – ‘Avaliação de preços e volumes na compilação do PIB’ – em conjunto com o COMESA e o AFE;
- um seminário sobre o rebaseamento do IPC;
- destacamento profissional, sujeito à concordância do país de acolhimento; e
- participação contínua em eventos regionais selecionados – reunião ou seminário regional.

Riscos específicos do setor e mitigação de riscos

O principal desafio à execução cabal do programa de trabalho ainda é a capacidade de absorção dos órgãos estatísticos, tendo como maiores limitações a escassez de pessoal e a alta rotatividade dos funcionários. Em consulta com os órgãos estatísticos e o Comité de Pilotagem, o AFS irá continuar a analisar o programa de trabalho para atender aos pedidos crescentes dos países que se comprometerem a dedicar mais recursos aos órgãos estatísticos e que demonstrem bons progressos nos marcos.

Legislação fiscal e financeira⁵

O trabalho nesta área busca ajudar os países a aperfeiçoarem os seus quadros jurídicos e regulamentares. O centro custeou o trabalho de AT liderado pelo Departamento Jurídico nas seguintes áreas:

- legislação tributária: Angola – lei do IVA; Botswana – lei do IVA e do IR; Comores e Madagáscar – legislação aduaneira; e legislação da GFP (Eswatini), e
- Bancos centrais/atividade bancária: CBC/FT e RBS (Lesoto), e legislação sobre instituições de crédito e sociedades financeiras (Moçambique). O centro está também a apoiar os países membros na avaliação da lei do banco central (Madagáscar).

As prioridades para o futuro incluem a finalização das reformas iniciadas com o apoio do centro nas áreas e nos países acima referidos, sobretudo onde se concentram as maiores necessidades e os melhores resultados. O centro continuará a trabalhar com a sede do FMI no apoio aos países membros para modernizar os seus quadros CBC/FT. Por último, esta área de atuação assumirá a liderança do trabalho planeado em matéria de governação e corrupção.

Caixa 11: Trabalho de DC relativo a governação e corrupção

Os esforços no sentido da boa governação e no combate à corrupção podem contribuir para a eficiência económica, a estabilidade macroeconómica e o crescimento sustentável. O FMI tem prestado AT e formação numa vasta gama de áreas para promover a boa governação e combater a corrupção. Em abril de 2018 foi adotado um quadro para um melhor envolvimento do FMI em questões de governação e corrupção. Foi desenvolvida uma metodologia que abrange seis funções essenciais do governo, nomeadamente:

- i) governação orçamental;
- ii) supervisão do setor financeiro;
- iii) governação e operações do banco central;

⁵Estas atividades são atualmente geridas a partir da sede do FMI. Não há um conselheiro residente no AFS responsável por esta área.

iv) regulamentação do mercado; v) Estado de direito; e vi) CBC/FT. O AFS trabalhará com o FMI e o AFR para prestar a AT relevante e formação aos países membros para a implementação de reformas. O programa do AFS para o EF 20 incluirá um seminário de alto nível que abrange a governação e a corrupção.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO MACROECONÓMICA (LIDERADO PELO ICD)

O programa de formação macroeconómica do AFS custeou dois cursos de formação liderados pelo ICD: 'Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira (DFIF)' e 'Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos (GMPRR)' – este último em conjunto com o AFC. O curso sobre DFIF centrou-se, inter alia, na importância macroeconómica do desenvolvimento e da inclusão financeira, em políticas para promover o desenvolvimento e a inclusão financeira, e nos indicadores utilizados para medir o desenvolvimento e a inclusão financeira. O curso sobre GMPRR foi dirigido aos países francófonos da região do AFS/AFC e centrou-se no desempenho económico dos países ricos em recursos, nos quadros fiscais apropriados para esses países, na resposta correta de política macroeconómica aos choques nos preços das matérias-primas e na transparência na gestão dos recursos naturais.



Alocação de recursos no EF 20

O Comité de Pilotagem do AFS endossou as prioridades de DC do EF 20, com a alocação de recursos a totalizar 22,9 anos ETI e com uma parcela acrescida (27%) dos recursos destinados a países que enfrentam condições de fragilidade (Tabela 2). Isto representa um aumento de 38% na alocação aos países frágeis em comparação à absorção no EF 19.

Tabela 2. Alocação de recursos no EF 20, por país e por tópico, em anos equivalentes a tempo inteiro (ETI)

	PFM	Tax	Customs	BSR	MPO	FMI	RSS	FFL	Training	Total
Regional	2.13	0.6	0.7	0.9	0.8	0.1	0.9	0.4	0.3	6.8
Angola	0.39	0.2	0.1	0.1	0.2		0.3	0.2		1.3
Botswana	0.52	0.1	0.1	0.1	0.2	0.1	0.2	0.2		1.5
Comoros	0.52	0.3	0.2	0.1	0.0	0.0	0.3			1.5
Eswatini	0.39	0.1	0.1	0.1		0.1	0.2			1.0
Lesotho	0.38	0.1	0.2	0.1		0.1	0.2			0.9
Madagascar	0.62	0.3	0.3	0.1	0.2		0.2			1.6
Mauritius	0.37	0.1	0.1	0.1	0.4	0.1	0.0	0.1		1.3
Mozambique	0.42	0.1	0.1	0.1		0.1	0.2			0.9
Namibia	0.47	0.1	0.2	0.1		0.1	0.2			1.1
Seychelles	0.34	0.2	0.1	0.1	0.2	0.1	0.2			1.1
South Africa	0.27	0.2		0.1	0.1		0.2			0.9
Zambia	0.36	0.1	0.2	0.1	0.3	0.1	0.2			1.3
Zimbabwe	0.48	0.3	0.2	0.1		0.1	0.2	0.2		1.5
Total	7.7	2.6	2.5	2.1	2.3	0.9	3.4	1.1	0.3	22.9
Fragile countries	2.1	1.0	0.9	0.5	0.4	0.1	0.9	0.3	0.1	6.2
Share of total	28%	37%	33%	26%	15%	16%	26%	28%	23%	27%

Fonte: Equipa do AFS

A execução plena do programa de trabalho do EF 20 e a realização dos marcos pendentes e novos dependem de vários fatores. Continuam a ser fundamentais uma coordenação mais estreita por parte dos representantes dos países membros no Comité de Pilotagem do AFS com as contrapartes locais, a colaboração das autoridades nacionais na definição das datas das missões o quanto antes com os consultores do AFS e a implementação dos planos de ação recomendados para a realização dos marcos.

VI. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A estratégia de comunicação do centro foi descrita no Relatório Anual de junho de 2018. A estratégia permanece inalterada na generalidade, mas tem em consideração as recomendações da Avaliação de DC do FMI de 2018. De referir:

- melhor alavancagem entre as boas práticas existentes relativas à coordenação, em colaboração com outros prestadores;
- busca de abordagens de comunicação inovadoras em matéria de DC para sensibilizar para o trabalho do FMI e do AFS em matéria de DC;
- melhor apresentação das recomendações nos relatórios de AT às autoridades superiores e outros utilizadores não técnicos. Envolvimento de intervenientes locais em recomendações de AT fundamentais;
- publicação de mais notas temáticas em áreas especializadas de interesse para os decisores políticos, incorporando elementos da aprendizagem transfronteiras;
- maior envolvimento dos países na publicação de relatórios de AT; e
- aumento contínuo da sustentabilidade e da fungibilidade do financiamento externo.

Para o efeito, o centro está a redobrar esforços no sentido de uma utilização mais sistemática das redes sociais, com a publicação de mais informações sobre as suas atividades por forma a sensibilizar a população para o trabalho do FMI na região no domínio de DC. As atualizações sobre as atividades de DC do AFS podem ser consultadas na página do AFS no [Facebook](#) e no respetivo [website](#). As iniciativas de DC do FMI podem ser consultadas através do [Twitter](#) e do [Facebook](#). O portal do FMI ‘Partners Connect’ facilita o acesso a informações sobre a colaboração em matéria de DC com os parceiros de desenvolvimento e dados financeiros.

O AFS coordena as atividades de DC com os países membros, os parceiros doadores e as organizações regionais através de:

- boletins trimestrais que destacam os progressos na execução dos programas de trabalho anuais e apresentam entrevistas com funcionários dos países, doadores e parceiros regionais;
- programas de trabalho anuais atualizados, divulgados trimestralmente;
- partilha de relatórios de AT e outras informações relacionadas com a AT através do website seguro do centro;
- reuniões durante as missões em países do AFS;
- questionários sobre as prioridades de DC; e
- atividades de sensibilização.

VII. ORÇAMENTO DO AFS

O AFS está agora próximo do ponto médio da Fase II. As despesas do EF 19 ascenderam a USD 10,1 milhões, um decréscimo face ao EF 18, cujas despesas efetivas somaram USD 12,4 milhões — se incluídas as despesas do período de maio a julho de 2017 (que, tecnicamente, pertenciam à Fase I⁶). Embora as despesas tenham sido ligeiramente inferiores ao planeado, é de referir que houve alguns ganhos de eficiência (por exemplo, um perito de curto prazo cedido pelo governo do Reino Unido para o projeto de GFP) e algumas economias no apoio de retaguarda e na gestão de projetos. As missões relativas a alguns projetos foram adiadas ou canceladas, sobretudo em razão de incertezas políticas, solicitações das autoridades de mais tempo para se preparar para a missão e/ou conflitos entre as missões planeadas e outras atividades de assistência técnica. Em linha com a procura atual por parte das autoridades nacionais e dos parceiros regionais, o programa de trabalho do EF 20 prevê a continuidade do apoio em matéria de DC. Projeta-se que a despesa agregada no EF 20 ascenda a USD 13,1 milhões.

⁶ No EF 18, as despesas relativas à Fase I totalizaram USD 2,7 milhões (maio a julho de 2017), e as despesas relativas à Fase II totalizaram USD 9,7 milhões (agosto de 2017 a abril de 2018).

Tabela 3. Orçamento do AFS e execução (em milhões de USD)

	Phase II (FY18-22) ^{1/}	FY18 Outturn ^{2/}	FY19 Working Budget	FY19 Outturn	FY20 Working Budget
Public Financial Management	15.2	2.4	2.9	2.7	3.5
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	13.3	2.2	2.6	2.4	3.2
<i>Other</i>	1.9	0.2	0.3	0.3	0.3
Customs Administration	5.3	0.9	1.2	1.1	1.1
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	4.4	0.8	0.9	0.8	0.9
<i>Other</i>	0.8	0.2	0.3	0.2	0.3
Tax Administration	5.6	1.3	1.2	1.1	1.1
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	4.6	1.0	1.0	1.0	0.9
<i>Other</i>	1.1	0.3	0.1	0.1	0.2
Banking Supervision and Regulation	5.0	0.7	1.1	0.8	1.1
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	3.5	0.5	0.8	0.6	0.8
<i>Other</i>	1.5	0.2	0.3	0.2	0.2
Monetary Policy Operations	5.3	1.0	1.0	0.7	1.0
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	4.4	0.9	0.9	0.6	0.8
<i>Other</i>	0.9	0.2	0.2	0.1	0.2
Financial Market Infrastructures	2.4	0.3	0.5	0.3	0.5
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	1.8	0.2	0.4	0.2	0.4
<i>Other</i>	0.6	0.1	0.1	0.1	0.1
Real Sector Statistics	7.5	1.0	1.6	1.2	1.6
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	5.8	0.7	1.1	0.9	1.3
<i>Other</i>	1.7	0.3	0.4	0.4	0.3
Financial and Fiscal Law	1.1	0.3	0.3	0.2	0.4
<i>LTX, STX and HQ Delivery</i>	1.0	0.3	0.3	0.2	0.4
<i>Other</i>	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
Admin Project	3.5	0.6	0.7	0.7	0.8
<i>Local Staff</i>	2.3	0.4	0.4	0.3	0.4
<i>Facilities and related expenses</i>	0.8	0.2	0.3	0.3	0.3
<i>Other</i>	0.3	0.0	0.1	0.1	0.1
Customized Training	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0
<i>Training project</i>	0.9	0.1	0.2	0.1	0.4
Governance and Evaluation (including RBM advisor/backstopping)	0.3	0.1	0.1	0.1	0.0
Sub Total	51.9	8.6	10.9	9.1	11.5
Strategic Budget Reserve	1.0	0.0	0.2	0.0	0.2
Trust Fund Management	3.7	0.6	0.8	0.6	0.8
IMF Expenses	2.9	0.4	0.6	0.3	0.6
Total	59.5	9.7	12.4	10.1	13.1

1/ Approved phase II working budget

2/ FY18 Outturn includes expenses of 9 months since phase I was extended for 3 months.

VIII. FINANCIAMENTO DO AFS

Até abril de 2019, as contribuições recebidas e os compromissos assumidos para financiar a Fase II do AFS totalizaram USD 53,7 milhões, incluindo a contribuição do FMI, de cerca de USD 2,9 milhões, e as contribuições esperadas dos países membros, algumas das quais estão a ser discutidas com as autoridades nacionais (Tabela 4). O total reflete as contribuições da Comissão Europeia, Alemanha, Reino Unido, Suíça, China, Países Baixos, Banco Europeu de Investimento, Austrália e o país de acolhimento, as Maurícias. Mais da metade dos países membros assinaram acordos de contribuição (África do Sul,

Angola, Botswana, Madagáscar, Moçambique, Seicheles e Zâmbia), e estão em curso as discussões com os demais países.

Presumindo-se que todos os países contribuam integralmente, o déficit estimado de financiamento seria de USD 5,8 milhões. Foram iniciadas as discussões com outros parceiros, como o Banco Africano de Desenvolvimento, e prosseguem os esforços para angariar fundos junto aos parceiros tradicionais e novos parceiros.

As contribuições dos países membros para o orçamento do centro são voluntárias, mas são fundamentais para garantir a sustentabilidade financeira do AFS no médio e longo prazo. Embora mais da metade dos países membros do AFRITAC Sul tenham firmado acordos de contribuição, nem todos os membros concordaram em aumentar as contribuições para o montante proposto ao final da Fase I – USD 500 mil. Somadas à contribuição substancial feita pelo país de acolhimento, as contribuições dos países membros correspondem hoje a 12,5% do orçamento quinquenal do AFRITAC Sul, e esse montante cai para apenas 8% quando se excluem os países membros que ainda não firmaram seus acordos de contribuição. Recomenda-se vivamente que cada país membro contribua com o mínimo de USD 500 mil para custear a Fase II. Dependendo da disponibilidade de recursos, incentiva-se os países a contribuírem com uma soma substancialmente maior.

Tabela 4. Situação das contribuições financeiras (no final de janeiro de 2019)

Partners/Members	Currency	Amount (000s)	U.S.Dollars (000s)	Received U.S.Dollars (000s)
Partners			43,166	39,118
Australia	AUD	300	217	223
China	USD	2,000	2,000	2,000
European Commission	EUR	20,000	23,491	22,067
European Investment Bank	EUR	200	248	237
Germany	EUR	2,500	2,838	2,849
Germany	EUR	2,500	2,963	2,943
Netherlands	EUR	1,000	1,088	1,160
Switzerland	CHF	5,000	5,097	5,135
United Kingdom	GBP	3,000	3,745	1,025
United Kingdom	GBP	1,120	1,479	1,480
Members			3,500	1,564
Angola	USD	250	250	250
Botswana	USD	500	500	200
Madagascar	USD	500	500	114
Mozambique, Republic Of	USD	500	500	500
Seychelles	USD	500	500	200
South Africa	USD	250	250	175
Zambia	USD	500	500	125
Zimbabwe	USD	500	500	-
Internal Transfers ^{1/}			190	190
Under Negotiation			2,000	-
Comoros	USD	500	500	
Eswatini	USD	500	500	
Lesotho	USD	500	500	
Namibia	USD	500	500	
Host Country & IMF			4,875	800
Host Country	USD	2,000	2,000	800
IMF			2,875	
Grand Total			53,731	41,672
Program Document Budget			59,570	
Funding Gap			-5,839	

1/ Refers to transfers from one program phase to another (e.g. phase rollovers).

Anexo I – Seminários do EF 20

Anexo II – Principais Indicadores Macroeconómicos

Nota: O website seguro do AFS contém informações atualizadas sobre os marcos dos EF 18-19 e as prioridades em matéria de DC dos EF 20-21.



AFRITAC SOUTH SEMINAR PLAN MAY 2019-APRIL 2020



AFRITAC
South

IMPROVING MACROECONOMIC MANAGEMENT FRAMEWORKS TO FOSTER SUSTAINABLE GROWTH AND POVERTY REDUCTION IN SOUTHERN AFRICA

MEMBERS

Angola, Botswana, Comoros, Eswatini, Lesotho, Madagascar, Mauritius, Mozambique, Namibia, Seychelles, South Africa, Zambia, Zimbabwe

PARTNERS

European Union, SADC, COMESA, SECO, Germany, China, UKaid, Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands, European Investment Bank, Australian Aid

7th Floor, BRAMER HOUSE, EBENE, MAURITIUS

AFRITAC South Seminar/Course- recently held and forthcoming The venue is AFS, Ebene, Mauritius, unless otherwise stated	Dates
Macroeconomic Training- Financial Development and Financial Inclusion Workshop Coordinator: Mr. Sami Ben Naceur	June 17-28, 2019
Customized Training Course for Comoros and Madagascar on Auditing Seminar Coordinator: Mr. Thabo Letjama Venue: Antananarivo, Madagascar	August 5-16, 2019
IFRS 9- Implementation Issues Seminar Coordinator: Mr. Ravi Mohan P.R.	August 19-23, 2019
Monetary Policy Implementation and Financial Market Development Seminar Coordinator: Ms. Carina Selander Venue: SARB Academy, Pretoria, South Africa	August 26-30, 2019
Improving budget outcomes through transparent and gender responsive budgets Seminar Coordinator: Mr. Robert Clifton Venue: Pretoria, South Africa	September 23-27, 2019
High-Level Seminar on Revenue Administration Governance Seminar Coordinators: Messrs. Berlin Msiska, Thabo Letjama and Henry Kaperi Venue: Cape Town, South Africa Jointly with AFE/AFW2	September 23-25, 2019
Establishment of Effective Systems and Procedures for Customs Valuation Seminar Coordinator: Mr. Philip Wood Venue: South Africa (TBC)	October 7-11, 2019
Corporate Governance Issues in Banking Sector Seminar Coordinator: Mr. Ravi Mohan P.R. Venue: SARB Academy, Pretoria, South Africa Joint AFS/SADC Countries	October 14- 18, 2019
Regulatory, Supervisory and Oversight Responsibilities towards Compliance with the CPSS-IOSCO Principles for Financial Market Infrastructures Workshop Coordinator: Ms. Faith Stewart Jointly with AFE/MEFMI	December 9-13, 2019
Monetary Policy Forecasting and Analysis Course Coordinator: Ms. Carina Selander Jointly with AFE/AFW2	December 9-13, 2019
Volume and Price Measures in National Accounts Seminar Coordinator: Mr. Achille Pegoue Venue: Livingstone, Zambia Jointly with COMESA	January 13-17, 2020
Effective use of Data Analytical Tools to support the Implementation of a Risk-Based Compliance Program Seminar Coordinator: Mr. Philip Wood Jointly with AFE/COMESA	January 27-31, 2020
Fundamentals of Price statistics Seminar Coordinator: Ms. Donna Grcman Venue: Gaborone, Botswana	February 10-14, 2020

Cours sur la Gestion macroéconomique dans les pays riches en ressources naturelles

March 2-13, 2020

Course Coordinator: Mr. Sami Ben Naceur

Jointly with AFC

Strengthening Public Debt Management and Managing Public Wealth

March 16-20, 2020

Seminar Coordinator: Mr. El Omari

Venue: Pretoria, South Africa

Jointly with AFE/COMESA



FINANCIAL DEVELOPMENT AND FINANCIAL INCLUSION
COURSE COORDINATOR: Mr. SAMI BEN NACEUR



AREA OF TECHNICAL ASSISTANCE:	
MACROECONOMIC TRAINING	
Targeted audience:	Mid-level to senior officials from central banks and government agencies dealing with regulation of the financial sector
Participation:	Two participants per country
Dates:	June 17-28, 2019
Venue:	Africa Training Institute, Ebene, Mauritius

Seminar description

This course, presented by the IMF Institute, explains the macroeconomic relevance of financial development and inclusion. Beginning with an analysis that defines the role of finance in the economy, the course reviews the theoretical and empirical literature on the impact of finance on macroeconomic performance and growth. It also addresses policies to encourage financial development (market-enabling policies) and limit its potentially destabilizing effects (market-harnessing policies). The course introduces financial inclusion as an integral dimension of financial development—a perspective that has only recently received proper attention because for many years the discussion instead centered on the concept and measurement of financial depth. The course reviews the indicators currently used to measure financial inclusion, its distinct macroeconomic impact, and the main policy strategies usually pursued.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required.



CUSTOMIZED TRAINING COURSE FOR COMOROS AND MADAGAGASCAR ON AUDITING
SEMINAR COORDINATOR: MR. THABO LETJAMA



AREA OF TECHNICAL ASSISTANCE:	REVENUE ADMINISTRATION
Targeted audience:	Auditors
Participation:	Ten participants from each of Madagascar and Comoros.
Dates:	August 5-16, 2019
Venue:	Hotel Colbert-Antananarivo, Madagascar

Background

The capacity for detecting and deterring inaccurate reporting is low in both Madagascar and Comoros. The audit staff in the two countries need further training to run effective audits. AFRITAC South has provided technical assistance on audit to the two countries through several in-country missions and provided hands on guidance to the officers on applying audit techniques to enhance audit performance outcomes. However, more work is still required to build a strong and effective audit capacity in both countries. Due to their many similarities including speaking the same language and fragility, it is only effective and synergistic to run a customized training course, in French, which shall target capacity gaps peculiar to both countries.

Purpose of the Seminar

The purpose of this seminar is to enhance the capacity of both countries to detect and deter inaccurate reporting by taxpayers. The training shall guide officers on detailed steps to take to audit and verify balances declared in taxpayer returns. Leading presentations shall be made on the processes, procedures, steps and techniques for carrying out audits. Participants shall be requested to apply acquired knowledge to solve problems and case studies. The course shall take into account the context of the two countries including, running audits in a manual environment with no tools for automation of the audit process and with taxpayers submitting paper returns. The real value of this seminar is expected to be largely drawn from the interactions, exchanges, sharing of experiences by participants themselves, and applying their learning to solve problems that shall closely resemble their challenges.

<i>Language requirements:</i>
The seminar will be conducted in French.



IFRS 9 -IMPLEMENTATION ISSUES
SEMINAR COORDINATOR: Mr. P.R. RAVI MOHAN



<i>AREA OF TECHNICAL ASSISTANCE:</i>	<i>FINANCIAL SECTOR SUPERVISION</i>
Targeted audience:	Mid- to senior-level supervisors of banks from central banks/prudential supervisory agencies working in Supervisory policy, off-site and on-site examination in the supervision department, macroprudential supervision, and prudential regulation/accounting/financial stability
Participation:	Two–three participants per country
Dates:	August 19-23, 2019
Venue:	Ebene, Mauritius

Seminar description

IFRS has been adopted in most countries in the region and the implementation of IFRS 9 from January 2018 has resulted in a paradigm shift in the manner in which financial institutions classify, measure and account for impairment of financial instruments. Intricately connected to IFRS 9 are two other accounting standards, IFRS 7 (Financial Instruments: Disclosure) and IFRS 13 (Fair value measurement of financial instruments).

The overarching goal of the seminar is to enhance the ability of prudential regulators and bank supervisors/examiners to understand the implementation challenges of IFRS with specific focus on the above noted standards. The seminar is designed as a capsule program to familiarize participants with the underlying concepts of these standards and equip them with the tools and techniques for conducting supervision of banks/financial institutions under the new framework in the most effective way.

The seminar aims to make participants aware of the inter-linkages among these standards and implementation challenges involved. Aided by this awareness, officials will be better equipped to gain insights into the implications of IFRS 9 on credit risk models. This will enable the participants to be prepared for an efficient transition to IFRS 9 and design supervisory frameworks appropriate for their jurisdictions.

The participants will have the opportunity to discuss and learn the following:

- Critical aspects of IFRS 7, IFRS 9, and IFRS 13
- Classification and Measurement and Impairment of Financial Instruments under IFRS 9
- Asset classification & Provisioning -Regulatory Approach
- Disclosure requirements of IFRS 7
- Fair Value Accounting -IFRS 13
- BCBS guidance on accounting for Expected Losses
- Transition arrangements of IFRS 9
- Implementation issues in IFRS 9
- Country experiences. Presentation by participants

The seminar will require close interaction among the participants, with the resource persons guiding the interactions. Participants from select countries will be asked to make presentations on their country experiences.

Presentations will be given by international experts in the area. Participants are expected to review the reading materials on the list of references.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required. All materials and presentations will be in English only.

References:

- **IASB**
 - IFRS 7, IFRS 9 & IFRS 13
- **IMF**
 - Gaston, Ellen, In Wong Song, “Supervisory Roles in Loan Loss Provisioning in Countries Implementing IFRS”, 2014, IMF Working Paper WP/14/170 (Washington DC: International Monetary Fund)
- **BCBS**
 - Developments in credit risk management across sectors: current practices and recommendations (June 2015)
 - Guidance on credit risk and accounting for expected credit losses (December 2015)
 - The interplay of accounting and regulation and its impact on bank behaviour: Literature review, Working Paper 28 (January 2015)
 - Prudential Treatment of Problem Assets—Definitions of Non-Performing Exposures and Forbearance, (April 2017).
 - Regulatory Treatment of Accounting Provisions-Interim Approach and Transitional Arrangement, (March 2017)
 - Standards on Pillar 3 disclosure requirements – consolidated and enhanced framework, Bank for International Settlements, (March 2017)
 - Technical Amendment on Pillar 3 disclosure requirements – regulatory treatment of accounting provisions, Bank for International Settlements (August 2018)
- **Others**
 - Implementation of IFRS 9 impairment requirements by banks GPPC (June 2016)
 - Risk.net, IFRS 9 Poses Credit Risk Model Dilemma for Asian Banks, (January 2017).
 - McKinsey and Company, IFRS 9: A silent revolution in banks’ business models, (April 2017)
 - European Central Bank, SSM Thematic Review on IFRS 9, Assessment of Institutions’ Preparedness for the Implementation of IFRS 9, (November 2017)



MONETARY POLICY IMPLEMENTATION AND FINANCIAL MARKET DEVELOPMENT
SEMINAR COORDINATOR: MS. CARINA SELANDER



<i>Area of technical assistance:</i>	<i>Monetary Policy and Operations</i>
Targeted audience:	Mid- to senior-level staff involved in market operations, market analysis and liquidity forecasting at the Financial Markets Departments of the Central Banks in the AFRITAC South region
Participation:	Two-three participants per country
Dates:	August 26-30, 2019
Venue:	SARB Academy, Pretoria, South Africa

Seminar description

Many central banks in southern Africa are in the process of modernizing their central banks. Monetary policy regimes are changing and with these changes comes changes in the implementation frameworks as they need to be adapted to the monetary policy regime. However, there is no “one size fits all” implementation framework. Central banks operating the same monetary policy regime have chosen different implementation frameworks. During this seminar you’ll have the opportunity to hear from many of your peers how their respective frameworks are designed, the benefits and challenges they are associated with and what practical and technical requirements they are attached with. In addition, you’ll learn from the IMF recourse persons about various monetary policy regimes and operational frameworks.

An effective implementation framework is one key element for developing the financial markets. Managing liquidity in an effective way and thus steering short-term interest rates, implicitly or explicitly, is one key element for developing the interbank market as well as for developing the securities and capital markets. This requires good knowledge, understanding, and forecasting of liquidity developments. During this seminar you’ll learn about liquidity forecasting and liquidity management, including from your peer countries. Other key elements are linked to legal frameworks and market infrastructures, features that the seminar will also touch upon.

Almost regardless of the monetary policy implementation framework, key to success is the independence of the central bank, good governance features, and transparency. This seminar will also touch upon these issues. You will have the chance to learn more about this topic as well as the opportunity to discuss this with your peers; compare your specific situation with others, challenges and restrictions you face and how they impact on monetary policy.

Finally, the seminar will offer a unique opportunity to learn from the SARB about their journey to inflation targeting; the reforms the made, how the financial markets in SA have developed, the establishment of the South African Foreign Exchange Committee, and more. The SARB will have a leading role during the seminar and share their experience with you.

The seminar will thus offer a platform to discuss practical and technical issues of an effective implementation of a modern monetary policy framework, based on country experience in the region as well as the experience by the IMF resource persons. It will give the opportunity for participants to learn from their peers, who are at various stages on the journey of monetary policy modernization.

The seminar aims at equipping delegates with knowledge of the latest trends on monetary policy implementation and operations, and the ability to assess different monetary policy implementation frameworks, including what would be a suitable framework for their central bank. The participants will, among others, have the opportunity to discuss and learn the following:

- The development of the financial markets – how to improve the functioning of the money, securities and FX markets, including experience by SARB
 - Financial market analysis – inputs to policy making

- Financial market analysis and intelligence, including country experience
- Managing and forecasting liquidity, including country experience
- Effective implementation frameworks and various instruments and type of auctions
- Liquidity forecasting tools
- The journey towards inflation targeting – experience by the SARB

The seminar will require close interaction among the participants, with the resource persons guiding the interactions. Participants from select countries will be asked to make presentations on their country experiences. Presentations will be given by international experts in the area. Participants are expected to review the reading materials on the list of references.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English, thus all materials and presentations will be in English only.

References:

- IMF, 2015, “Evolving Monetary Policy Frameworks in Low-Income and Other Developing Countries”, Board Paper 15/172
- Laurens, B. J., K. Eckhold, D. King, A. Naseer, N. Maehle, and A. Durré, 2015, “The Journey to Inflation Targeting: Easier Said than Done. The Case for Transitional Arrangements along the Road,” IMF Working Paper WP/15/136.
- Maehle, Nils, 2016, Monetary Policy Implementation: Operational Issues for Countries with Evolving Monetary Policy Frameworks. IMF Working Paper 14/xx
- Consultation paper on selected interest rate benchmarks in South Africa <http://www.resbank.co.za/Lists/News and Publications/Attachments/8722/Consultation Paper 28-08-2018.pdf>
- Report on stakeholder feedback on the reform of interest rate benchmarks in South Africa <http://www.resbank.co.za/Lists/News and Publications/Attachments/9269/Report on stakeholder feedback on the reform of interest rate benchmarks in South Africa.pdf>
- Markets (tab) on the SARB website <http://www.resbank.co.za/Markets/Pages/default.aspx>



IMPROVING BUDGET OUTCOMES THROUGH TRANSPARENT AND GENDER RESPONSIVE BUDGETS
 SEMINAR COORDINATOR: MR. ROBERT CLIFTON



<i>Area of technical assistance:</i> PUBLIC FINANCIAL MANAGEMENT	
Targeted audience:	Budget Directors and staff from AFRITAC South member countries
Participation:	3 participants per country
Dates:	September 23-27, 2019
Venue:	Pretoria, South Africa

Seminar description

An open, accessible and responsive budget is one of the most important enablers for achieving the ultimate outcomes of public financial management (PFM), namely aggregate fiscal discipline, strategic allocation of resources, and efficient service delivery. At the same time, the credibility of the budget is highly dependent on the strength of the PFM system as whole. Orderly and inclusive budget preparation including openness in forecasting macro-fiscal trends, revenue and expenditure estimates, as well as disclosing budget execution information regularly and in meaningful formats reflects a robust PFM system.

According to the Open Budget Survey 2017, progress in budget transparency has slowed with governments making less fiscal information available in recent years. In Sub-Saharan Africa the declines were the most pronounced. In addition, the inclusive nature of budgets needs to be considered from the gender perspective. Gender equality improves macroeconomic outcomes and make societies more resilient to economic downturns. At the same time, embedding gender responsive practices in the budget process must be done within a credible medium-term budget framework and subject to the same prioritization criteria applied to other budget reforms.

But what are the best approaches to making strides in budget transparency and gender responsiveness? What are the preconditions and the underlying reforms to be undertaken? The purpose of this seminar is to bring together senior budget officials from governments in the region for both knowledge development and peer-to-peer exchange of ideas and experiences. The seminar will provide an overview of good practices and take stock of the regional status of implementation, main gaps and avenues for reform. The existence of both mature and emerging practices in Southern Africa moving towards much higher levels of budget transparency and gender responsiveness creates opportunities for reviewing lessons learnt and considering how contextually appropriate reforms can be designed and implemented to ensure better budget outcomes.

AFS will liaise with the IMF’s Fiscal Affairs Department to mobilize international and regional experts in different aspects of developing and implementing good practice. Observers from regional organizations and blocs will also provide a regional integration perspective of the ongoing initiatives.

The seminar will cover the following main topics:

- **Understanding the concepts, opportunities and the challenges to budget transparency.** Publications and content of budget documents and fiscal reports necessary to improve transparency.
- **Systems and methods to improve accessibility, usefulness of budget information to enhance budget transparency.** Underlying capabilities necessary to ensure sustained improvement in budget transparency and levels of public access to information.

- **Gender responsive budgeting (GRB) conceptual framework.** Objectives of gender budgeting, IMF initiatives in GRB, presentation and discussion of the methodology developed in the IMF G7 Paper on GRB and subsequent expansions.
- **Good PFM principles to implement gender policies over the budget cycle.** This includes medium-term planning, annual budget preparation, and execution.
- **Country experiences in budget transparency and GRB.** Each country will present its own experiences in enhancing budget transparency and GRB.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required.



HIGH-LEVEL SEMINAR ON REVENUE ADMINISTRATION GOVERNANCE- JOINT AFE-AFS-AFW2

SEMINAR COORINATORS: MESSRS BERLIN MSISKA, THABO LETJAMA and HENRY KAPERI

<i>Area of technical assistance:</i>	<i>REVENUE ADMINISTRATION</i>
Targeted audience:	Commissioners General, chairpersons of governing boards, and Principal Secretaries responsible for Finance
Participation:	Maximum of 3 participants per country: Commissioner General, Board Chair, and Principal Secretary responsible for Finance
Dates:	September 23-25, 2019
Venue:	Cape Town, South Africa

Background and Description

Good governance is one of the key drivers of sustainable and good performance in revenue administrations. The level of transparency, accountability, and integrity of the revenue administration determines the extent to which the public have confidence and trust in the revenue administration to competently and fairly execute its mandate. Limited trust and confidence in the revenue administration limits the extent to which taxpayers voluntarily comply with their tax obligations and ultimately affect revenue performance.

In addition, the operating environment is rapidly changing compelling revenue administrations to think differently about governance areas including strategy; technology; risk management; compliance; (by taxpayers and by the administration itself to governing laws and regulations), assurance; and stakeholder inclusiveness. Governing boards or governance bodies for revenue administrations are tasked with directing the administrations to overcome these challenges and deliver good and sustainable performance.

The Fund and in collaboration with African Tax Administration Forum (ATAF) successfully ran workshops in the past on governance, and the last one for Commissioners General, Chairpersons of governing boards, and Principal Secretaries responsible for Finance was held in Cape Town during September 2016. The participants requested more similar events to continue discussions on governance topics including (i) role and powers of the Minister, the Ministry, the Board, and the Commissioner General; (ii) accountability of the revenue administration to state oversight bodies; (iii) degree of stakeholder inclusiveness in running operations of the administration; (iv) alignment of the revenue authority strategy to broad government strategic direction and policy, and (v) role of the board in building an ethical culture, good performance, and effective control of revenue administration operations.

Purpose of the Seminar

The purpose of this seminar- a joint event by AFRITAC East (AFE), AFRITAC South (AFS), and AFRITAC West 2 (AFW2) in collaboration with ATAF and the Commonwealth Association of Tax Administrators (CATA), is to strengthen governance arrangements for revenue administrations. It shall discuss key governance emerging issues and challenges facing revenue administrations in the 21ST century, discuss principles and practices of good governance, and create a platform for participants to share their experiences in instilling good governance in their respective countries.

Methodology

Experts shall lead discussions with presentations on outcomes, principles and practices of good governance. Panels of selected participants will be requested to discuss and share their experiences on governance practices in their domestic environment.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required.



ESTABLISHMENT OF EFFECTIVE SYSTEMS AND PROCEDURES FOR CUSTOMS VALUATION
SEMINAR COORDINATOR: MR. PHILIP WOOD



<i>Area of technical assistance:</i>	<i>Customs Administration</i>
Targeted audience:	Mid-level managers from central verification/valuation, risk management and policy units of revenue authorities.
Participation:	Two-three participants per country
Dates:	October 7-11, 2019
Venue:	South Africa (TBC)

Seminar description

The seminar will focus on the practical application of the WCO good practice guidelines for the establishment and operation of a customs valuation unit and/or associated procedures. The focus will be on providing revenue authorities with details of the WTO GATT valuation rules and the practical actions required to ensure that authorities comply with their obligations as members of the WTO. The seminar will also review the latest IMF Technical Note on Valuation matters with a view to identify key risk areas and to develop appropriate risk-mitigation strategies designed to improve compliance. Guest speakers will also look to share practical examples of the results achieved through the practical application of the guidelines provided.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required.



CORPORATE GOVERNANCE ISSUES IN BANKING SECTOR
SEMINAR COORDINATOR: Mr. P.R. RAVI MOHAN



<i>Area of technical assistance: Financial Sector Supervision</i>	
Targeted audience:	Mid- to senior-level supervisors of banks from central banks/prudential supervisory agencies of SADC countries working in Supervisory policy, off-site and on-site examination in the supervision department, macroprudential supervision, and prudential regulation/accounting/financial stability
Participation:	Two-three participants per country
Dates:	October 14-18, 2019
Venue:	South African Reserve Bank's Academy, Pretoria, South Africa

Seminar description

The Global Financial Crisis has resulted in an overhaul of the global financial regulatory and supervisory architecture and has been instrumental for a paradigm shift in the manner in which financial institutions classify, measure and manage various categories of risk. The scope of banking regulation and supervision has also been extended to include elements of Corporate Governance. Consequently, the international standard setters issued revised/enhanced standards relating to Corporate Governance. The Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) in 2015 issued Corporate Governance Principles for Banks, which focus on addressing deficiencies at the level of Board of Directors. The organization of Economic Co-operation and Development (OECD) has also issued revised Corporate Governance standards. IMF's initiatives on Governance and Corruption resulted in publication of the policy papers in August 2017. The Financial Stability Board (FSB) has also done considerable work in the area of Corporate Governance including stocktaking of governance practices in major banks and thematic peer reviews.

One of the main lessons from the Global Financial Crisis is the need to strengthen Corporate Governance, both in terms of the regulatory/legislative frameworks and in respect of the practices by the financial institutions. Effective Corporate Governance is critical to the proper functioning of the financial system and financial stability. It plays a critical role in making the financial institutions resilient and the financial sector robust, thereby facilitating mitigation of systemic risk. Failure of Corporate Governance principles and practices has been a primary reason for the crisis in financial institutions and markets across the globe in recent times.

The overarching goal of the seminar is to enhance the ability of prudential regulators and bank supervisors/examiners to understand the implementation challenges of the reform process set in motion by the international standard setters with specific focus on the above-mentioned principles/standards. The seminar is designed to familiarize participants with the underlying concepts of Corporate Governance and enable them to issue appropriate guidelines in their jurisdictions. It will also equip them with the tools and techniques for conducting supervision of banks/financial institutions under the new framework in the most effective way.

The seminar aims to make participants aware of the inter-linkages between Corporate Governance and the regulation/supervision of AML/CFT portfolio. Aided by this awareness, officials will be better equipped to design regulatory/supervisory frameworks appropriate for their jurisdictions.

The participants will have the opportunity to discuss and learn the following:

- Conceptual issues of Corporate Governance, evolution, lessons and recent developments
- Principles issued by various standard setters relating to Corporate Governance
- Regulatory Approach in different jurisdictions in framing Corporate Governance guidelines

- Legal enforceability of the measures
- AML/CFT issues and the inter-linkages with Corporate Governance
- Country experiences. Presentation by participants

The seminar will require close interaction among the participants, with the resource persons guiding the interactions. Participants from select countries will be asked to make presentations on their country experiences. Presentations will be given by international experts in the area. Participants are expected to review the reading materials on the list of references.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required. All materials and presentations will be in English only.

References:

- **IMF**
 - Policy Paper, “The role of the Fund in Governance Issues- Review of the Guidance Note” (August 2017)
 - Policy Paper, “The Role of the Fund in Governance Issues- Review of the Guidance Note- Background Notes” (August 2017)
 - Policy Paper, “Key Aspects of Macroprudential Policy” (2017)
- **BCBS**
 - “Basel III: A Global Regulatory Framework for More Resilient banks and Banking Systems”
 - “Basel Core Principles for Effective Banking Supervision” (September 2012)
 - “Corporate Governance Principles for Banks” (July 2015)
- **FSB**
 - Thematic peer review on Corporate Governance (April 2017)
- **FATF**
 - Risk Based Approach- Guidance for the banking sector 92014)
- **Others**
 - OECD revised principles on Corporate Governance (September 2015)
 - Adrian, Tobias “Risk Management and Regulation” Journal of Risk 20, 2017.
 - European Central Bank, SSM Thematic Review on Corporate Governance.



REGULATORY, SUPERVISORY AND OVERSIGHT RESPONSIBILITIES: TOWARDS COMPLIANCE WITH THE CPSS-IOSCO PRINCIPLES FOR FINANCIAL MARKET INFRASTRUCTURES
 WORKSHOP COORDINATOR: MS. FAITH STEWART



<i>Area of technical assistance:</i>	<i>Financial Market Infrastructures & Payments</i>
Target audience:	Senior- and mid-level professionals responsible for the operation, regulation and oversight of the payment, clearing & settlement systems
Participation:	Maximum two participants per central bank/country
Dates:	December 10-13, 2019
Venue:	Ebene, Mauritius

Background and Description

Financial market infrastructures (FMIs) facilitate the clearing, settlement, and recording of monetary and other financial transactions and are critical for the effective conduct of monetary policy. They enable improved risk management and can strengthen the markets they serve. However, if not properly managed, they can pose significant risks to the financial system and be a potential source of contagion, particularly in periods of market stress. Because of their critical importance for financial stability, risk management standards have been promulgated for the operations of FMIs and oversight responsibilities for regulators, supervisors and overseers of these systems. These are the CPSS-IOSCO Principles for Financial Market Infrastructures (PFMI) published in 2012 by the Committee on Payment and Settlement Systems (CPSS) of the Bank for International Settlements and the Technical Committee for the International Organization of Securities Commissions (IOSCO).

Purpose of the Workshop

The workshop is a joint initiative with the IMF’s Regional Technical Assistance Center in East Africa (AFRITAC East, AFE). Accordingly, a total of twenty countries are targeted. The workshop is being hosted in conjunction with the MEFMI. It is intended for senior and mid-level officials of central banks and other agencies and operators involved with the operation, regulation and oversight of the payment, clearing and settlement systems. The workshop responds to the needs of member countries to strengthen legal, governance and risk management frameworks (Principles 1 to 3) and fulfil the regulatory, supervisory and oversight responsibilities (Responsibilities A to E) of the PFMI. It will provide a forum to discuss member countries’ experiences and progress on these fronts and enhance internal capability to conduct assessments of these elements. Allied to the analysis of principle 1 (Legal Basis), member countries have requested that the forum also discuss how policy and regulatory environments have evolved/are evolving to address the key risks, opportunities and regulatory challenges associated with the use of the emerging financial technologies (fintech).

Methodology

The workshop brings together officials from two regions, and is designed to be interactive, allowing for extensive peer-to-peer exchange. Presentations will be given by technical and legal experts. Using a case study approach, participants will apply the selected principles and responsibilities to a hypothetical country, identify weaknesses and propose recommendations. Some participants will also be selected to make presentations on the key features of their legal and regulatory environment for FMIs and fintech. The CPSS-IOSCO Principles for Financial Market Infrastructures (April 2012) and the related Disclosure Framework and Assessment Methodology (December 2012) are **required reading** as part of the preparations. These documents are accessible at the following links: <https://www.bis.org/cpmi/publ/d101a.pdf> ; <https://www.bis.org/cpmi/publ/d106.pdf>

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required. All materials and presentations will be available in English only.



MONETARY POLICY FORECASTING AND ANALYSIS
COURSE COORDINATOR: MS. CARINA SELANDER



<i>Area of technical assistance: Monetary Policy Forecasting and Analysis</i>	
Targeted audience:	Mid- to senior-level staff involved in monetary policy forecasting and modeling Research/Monetary Policy Departments of the Central Banks in the AFRITAC South region
Participation:	Three participants per country; Two with capacity and experience in running the CB's macro model and one with capacity to run the nowcasting models used.
Dates:	December 9-13, 2019
Venue:	Ebene, Mauritius

Seminar description

A more detailed seminar description will be provided at a later stage when date, venue, and cooperating partners have been confirmed.

The seminar will require close interaction among the participants, with the resource persons guiding the interactions. Participants will be asked to make presentations on their country specific macro models, forecast processes, nowcasting frameworks etc. experiences. Presentations will be given by international experts in the area. Participants are expected to review the reading materials on the list of references.

Each country team will be required to bring their own models, data and laptops

Language and other requirements:

The seminar will be conducted in English, and all materials and presentations will be in English only.

References:

- Andrieu, M., A. Berg, E. Berkes, R. A. Morales, R. Portillo, and J. Vlcek, 2013, "Money Targeting in a Modern Forecasting and Policy System: An Application to Kenya," IMF Working Paper 13/239, available at www.imf.org.
- Beneš, Jaromír, Jaromír Hurník, and David Vávra, 2008, "Exchange Rate Management and Inflation Targeting: Modeling the Exchange Rate in Reduced-Form New Keynesian Models," Czech Journal of Economics and Finance, Vol. 3–4. Available via: http://journal.fsv.cuni.cz/storage/1128_str_166_194--benes-hurnik-vavra.pdf
- Berg, A., P. Karam, and D. Laxton, 2006a, "A Practical Model-Based Approach to Monetary Policy Analysis—Overview," IMF Working Paper 06/080 (April 2006), available at www.imf.org ———, 2006b, "Practical Model-Based Monetary Policy Analysis—A How-to Guide," IMF Working Paper 06/081 (April 2006), available at www.imf.org
- Berg, Andrew, Philippe D. Karam, and Douglas Laxton, 2006, "Practical Model-Based Monetary Policy Analysis—A How-To Guide," IMF Working Paper 06/81 (Washington: International Monetary Fund), available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp0681.pdf>
- Laxton, Douglas, David Rose, and Alasdair Scott, 2009, "Developing a Structured Forecasting and Policy Analysis System to Support Inflation-Forecast Targeting (IFT). IMF WP/09/65, available at www.imf.org.



VOLUME AND PRICE MEASURES IN NATIONAL ACCOUNTS
SEMINAR COORDINATOR: MR. ACHILLE PEGOUÉ



<i>Area of technical assistance:</i>	<i>Statistics</i>
Targeted audience:	The seminar is designed for annual and quarterly national accounts compilers from the statistical agencies responsible for official national accounts data.
Participation:	Limited to two–three participants per country [AFS and COMESA countries]
Dates:	January 13-17, 2020
Venue:	Livingstone, Zambia

Seminar description

The main objective is to strengthen the participants' knowledge of national accounts concepts and methods relating to the implementation of international standards and best practices.

This five-day seminar will focus on the decomposition of transactions included in GDP into price and volumes. Issues with the choice of the base and reference year and the use of deflation or extrapolation methods. Participants will be invited to list specific questions, topics, issues which will be discussed during the seminar. The seminar will consist of lectures and workshop sessions.

Reference:

System of National Accounts 2008; European Commission, International Monetary Fund, Organization for Economic Co-operation and Development, United Nations and World Bank.

Quarterly National Accounts Manual 2017 Edition, International Monetary Fund.

Handbook on price and volume measures in national accounts 2001, EUROSTAT

Language and other requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese if required



**EFFECTIVE USE OF DATA ANALYTICAL TOOLS TO SUPPORT THE IMPLEMENTATION
OF A RISK-BASED COMPLIANCE PROGRAM**
SEMINAR COORDINATOR: MR. PHILIP WOOD



<i>AREA OF TECHNICAL ASSISTANCE:</i>	<i>CUSTOMS ADMINISTRATION</i>
Targeted audience:	Mid-level managers from the risk management, analytical units or customs departments of revenue authorities.
Participation:	Two–three participants per country
Dates:	January 27–31, 2020
Venue:	Ebene, Mauritius

Seminar description

The seminar will focus on the use of analytical tools for the purposes of identifying potential areas of non-compliance. The seminar will look to identify all data sources available to revenue authorities and to guide participants through the practical application of various tools and techniques. Guest speakers will also look to share practical examples of the results achieved through the use of the techniques and tools.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required.



FUNDAMENTALS OF PRICE STATISTICS
SEMINAR COORDINATOR: MS. DONNA GRGMAN



<i>AREA OF TECHNICAL ASSISTANCE:</i>	<i>PRICE STATISTICS</i>
Targeted audience:	Price statistics compilers from the statistical agencies responsible for official price statistics data
Participation:	Two–three participants per country
Dates:	February 10-14, 2020
Venue:	Gaborone, Botswana

Seminar description

The main objective is to strengthen the participants' knowledge of price indices concepts and methods relating to the implementation of international standards and best practices.

This five-day seminar will focus on the fundamental data sources and compilation procedures as well as the challenges compilers face in developing/updating price indices. Topics will include general price indices issues; contributing to the development of source data surveys as well as analyzing the subsequent results; constructing expenditure shares; issues with the development/updating weights, selecting samples, quality adjustment issues, and pricing difficult items. Participants will be invited to list specific questions, topics, issues which will be discussed during the seminar.

Language requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese, if required.



STRENGTHENING PUBLIC DEBT MANAGEMENT AND MANAGING PUBLIC WEALTH
 SEMINAR COORDINATOR: MR. EL OMARI



<i>AREA OF TECHNICAL ASSISTANCE:</i>	<i>PUBLIC FINANCIAL MANAGEMENT</i>
Targeted audience:	Macro-Fiscal Departments, Debt Management Departments and Public Private Partnerships Units. Staff from AFRITAC South member countries as well as COMESA, SADC and selected AFRITAC East countries
Participation:	2-3 participants per country
Dates:	March 16-20, 2020
Venue:	Pretoria, South Africa

Seminar description

The economic recovery in sub-Saharan Africa continues, but there is duality in growth performance and prospects within the region. About half of the region’s countries, mostly non-resource-intensive, are expected to grow at 5 percent or more, and see a faster rise in income per capita than the rest of the world on average over the medium term. The remaining countries, comprising mostly resource-intensive countries are expected to fall behind. However, these countries also share the challenges of strengthening resilience and creating sustained high and inclusive growth. Addressing these challenges will require, among others, strengthening public financial management, ensuring efficient public investment, containing fiscal risks from state-owned enterprises and public-private partnerships (PPP), improving debt management, and enhancing debt transparency¹.

The IMF and other international organizations have provided guidelines and tools to help countries to address the above challenges. Some of these include the public sector balance sheets (PSBSs) approach, a PPP fiscal risks assessment model (PFRAM), and guidelines on strengthening public debt transparency. To enhance public debt transparency, particularly in developing countries, the IMF and the World Bank (WB) have prepared two notes on this. The first note outlines a work agenda to address identified issues in debt management capacity of member countries as well as in the scope and type of technical assistance being provided. And, the second note looks at how the IMF and the WB can strengthen public debt transparency, through their role in collecting and disseminating debt data, conducting and publishing public debt analysis, and supporting and promoting sustainable borrowing and lending practices.

On containing fiscal risks from PPPs, the IMF and WB have developed a PPP fiscal risks assessment model (P-FRAM). The P-FRAM is an analytical tool to quantify the macro-fiscal implications of PPP projects. It is designed to be used mostly by PPP units in ministries of finance, and it provides a structured process for gathering information for a PPP project in a simple, user-friendly, Excel-based platform, following a four specific steps.

Another useful approach and tool of strengthening public financial management is PSBSs approach, presented in the October 2018 IMF Fiscal Monitor. Using data from 31 countries the research shows that few governments know how much they own and owe. Public sector balance sheets provide the most comprehensive picture of public wealth. They bring together all the accumulated assets and liabilities that the government controls, including public corporations, natural

¹ Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa: recovery amid elevated uncertainty.

resources, and pension liabilities. They thus account for the entirety of what the state owns and owes, offering a broader fiscal picture beyond debt and deficits. Most governments do not provide such transparency, thereby avoiding the additional scrutiny it brings. Better balance sheet management enables countries to increase revenues, reduce risks, and improve fiscal policymaking.

The aim will be to combine international knowledge and experience with Sub-Saharan Africa country experience to ensure effective knowledge transfer. AFS will liaise with the IMF's Fiscal Affairs Department to mobilize international experts in different aspects of developing and implementing good practice. Observers from regional organizations and blocs will also provide a regional integration perspective of the ongoing initiatives.

The seminar will cover the following main topics:

- **Public debt management and transparency.** Gaps in the recording, monitoring, and reporting of reliable and comprehensive public debt data. Prerequisites for effective debt recording, monitoring, and reporting. The consequences that lack of transparency can have for borrowers. The IMF and WB role in collecting, disseminating debt statistics, and carrying out debt analysis.
- **Public-private partnerships and P-FRAM.** Why do we worry about PPPs? What can governments do to manage PPPs? How can we use the P-FRAM to identify and evaluate PPP fiscal costs, fiscal risks, and mitigation measures to manage them?
- **Managing public wealth: The public sector balance sheet.** What do PSBSs look like, and how have they evolved? How can the PSBS approach improve risk analysis and promote resilience? How can the PSBS approach strengthen fiscal policy?
- **Country experiences on public debt transparency and PPP management.** Each country will present its own experiences on public debt transparency and management of PPPs.

Language and other requirements:

The seminar will be conducted in English with simultaneous interpretation into French and Portuguese if required

References:

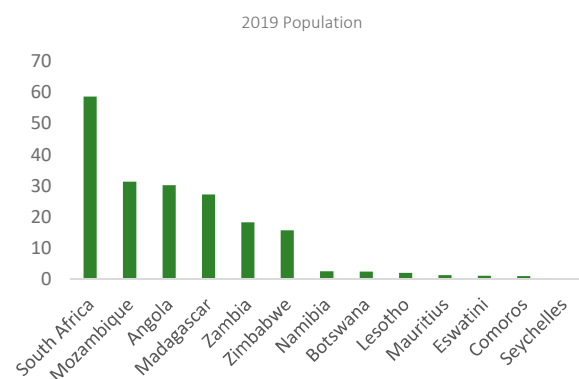
International Monetary Fund. 2018. *Fiscal Monitor: Managing Public Wealth*. Washington, October.

International Monetary Fund. 2019. *Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa: recovery amid elevated uncertainty*. Washington, April.

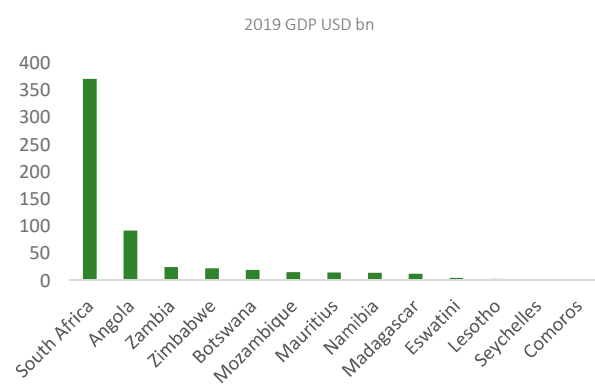
International Monetary Fund and World Bank. 2018. *G20 Notes on Strengthening Public Debt Transparency*, June.

Key Indicators
Annex II

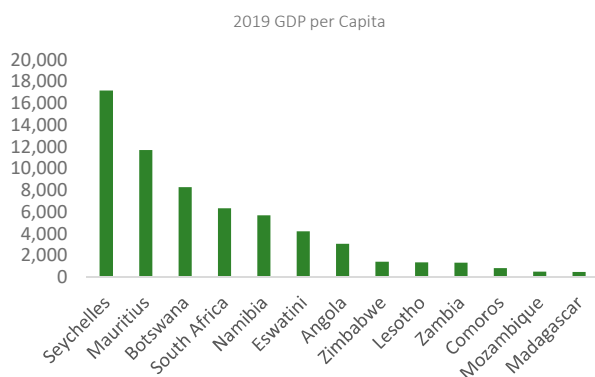
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Population (Millions)							
Angola	26.7	27.5	28.4	29.3	30.1	31.0	32.0
Botswana	2.2	2.3	2.3	2.3	2.4	2.4	2.5
Comoros	0.8	0.8	0.8	0.8	0.9	0.9	0.9
Eswatini	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1
Lesotho	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.1	2.1
Madagascar	24.2	24.9	25.6	26.3	27.1	27.8	28.6
Mauritius	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3
Mozambique	28.0	28.8	29.5	30.3	31.2	32.0	32.8
Namibia	2.3	2.3	2.4	2.4	2.5	2.5	2.6
Seychelles	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
South Africa	54.8	55.6	56.5	57.7	58.6	59.6	60.5
Zambia	16.2	16.7	17.2	17.8	18.3	18.9	19.5
Zimbabwe	14.1	14.5	14.9	15.3	15.7	16.1	16.5



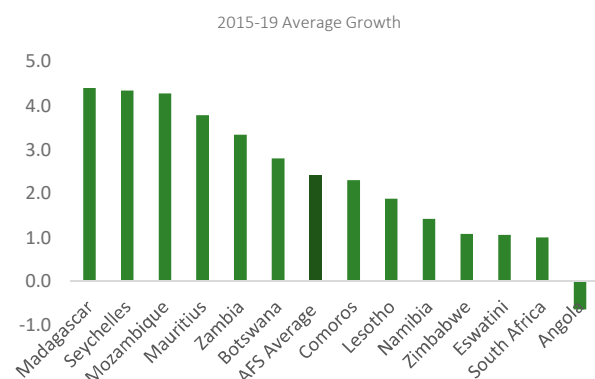
Gross domestic product, current prices (USD Billions)							
Angola	116	101	122	107	92	96	100
Botswana	14	16	17	19	20	21	22
Comoros	1	1	1	1	1	1	1
Eswatini	4	4	4	5	5	5	5
Lesotho	2	2	3	3	3	3	3
Madagascar	10	10	11	12	13	14	15
Mauritius	12	12	13	14	15	16	17
Mozambique	15	11	13	14	15	16	17
Namibia	12	11	13	14	14	15	15
Seychelles	1	1	1	2	2	2	2
South Africa	318	296	349	368	371	387	403
Zambia	21	21	26	25	25	25	26
Zimbabwe	20	20	22	26	22	26	28
Total AFS	546	507	597	610	597	626	655



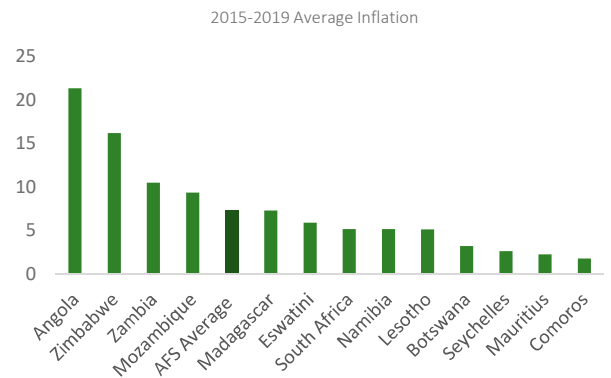
Gross domestic product per capita, current prices (USD)							
Angola	4,355	3,677	4,304	3,669	3,060	3,107	3,140
Botswana	6,539	6,958	7,584	8,137	8,263	8,617	8,776
Comoros	742	760	785	874	833	863	892
Eswatini	3,730	3,515	4,061	4,250	4,206	4,310	4,428
Lesotho	1,179	1,217	1,353	1,358	1,373	1,402	1,457
Madagascar	400	400	448	459	471	487	508
Mauritius	9,259	9,681	10,491	11,281	11,694	12,433	13,226
Mozambique	529	379	426	476	493	509	527
Namibia	5,160	4,852	5,593	5,727	5,675	5,835	6,049
Seychelles	14,786	15,219	15,859	16,472	17,155	17,892	18,765
South Africa	5,801	5,327	6,182	6,377	6,331	6,491	6,666
Zambia	1,310	1,253	1,501	1,417	1,344	1,338	1,354
Zimbabwe	1,412	1,383	1,471	1,712	1,423	1,607	1,704



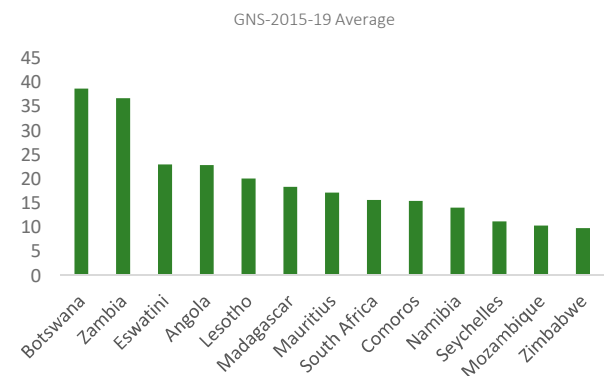
Gross domestic product, constant prices (Percent change)							
Angola	0.9	-2.6	-0.2	-1.7	0.4	2.9	2.2
Botswana	-1.7	4.3	2.9	4.6	3.9	4.1	4.0
Comoros	1.0	2.2	2.7	2.8	2.8	2.9	3.1
Eswatini	0.4	3.2	1.9	0.2	-0.4	0.2	0.9
Lesotho	2.5	3.1	-1.6	1.5	3.9	0.3	2.8
Madagascar	3.1	4.2	4.3	5.2	5.2	5.3	5.1
Mauritius	3.6	3.8	3.8	3.8	3.9	3.9	4.0
Mozambique	6.6	3.8	3.7	3.3	4.0	4.0	4.0
Namibia	6.1	0.6	-0.9	-0.1	1.4	2.0	3.1
Seychelles	4.9	4.5	5.3	3.6	3.4	3.3	4.1
South Africa	1.2	0.4	1.4	0.8	1.2	1.5	1.8
Zambia	2.9	3.8	3.4	3.5	3.1	2.9	2.9
Zimbabwe	1.8	0.7	4.7	3.4	-5.2	3.3	4.2
AFS Average	2.6	2.5	2.4	2.4	2.1	2.8	3.2



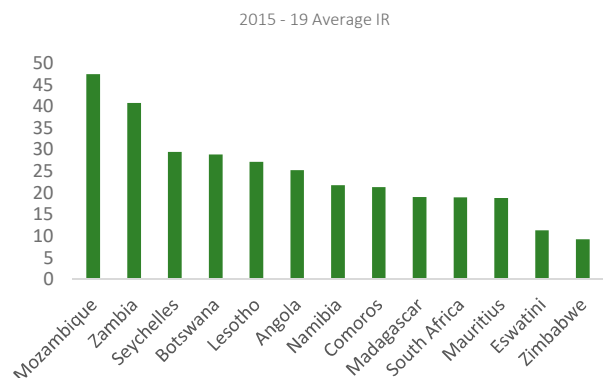
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Inflation, average consumer prices (Percent change)							
Angola	9.2	30.7	29.8	19.6	17.5	11.1	7.9
Botswana	3.1	2.8	3.3	3.2	3.6	3.8	3.9
Comoros	2.0	1.8	1.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Eswatini	5.0	7.8	6.2	4.8	5.6	5.5	5.5
Lesotho	4.3	6.2	4.5	5.2	5.4	5.6	5.5
Madagascar	7.4	6.7	8.3	7.3	6.7	6.3	5.8
Mauritius	1.3	1.0	3.7	3.2	2.1	3.7	3.5
Mozambique	3.6	19.9	15.1	3.9	4.2	5.5	5.5
Namibia	3.4	6.7	6.1	4.3	5.2	5.5	5.5
Seychelles	4.0	-1.0	2.9	3.7	3.4	3.0	3.0
South Africa	4.6	6.3	5.3	4.6	5.0	5.4	5.5
Zambia	10.1	17.9	6.6	7.0	10.8	12.0	10.3
Zimbabwe	-2.4	-1.6	0.9	10.6	73.4	9.4	3.7
AFS Average	4.3	8.1	7.2	6.1	11.1	6.1	5.2



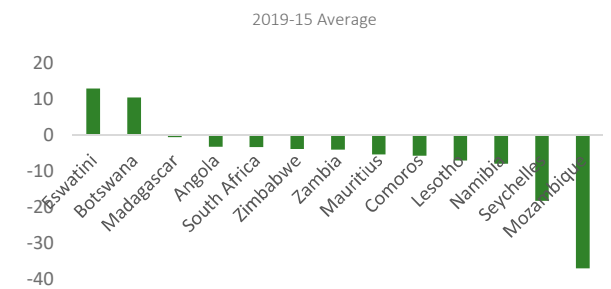
Gross national savings (Percent of GDP)							
Angola	28.5	24.5	23.4	21.9	15.9	18.1	18.4
Botswana	41.2	38.8	40.6	36.3	36.6	36.6	37.5
Comoros	18.2	14.6	17.5	13.3	13.7	14.2	14.6
Eswatini	23.3	26.3	24.2	21.1	20.1	21.3	22.3
Lesotho	24.7	19.6	18.8	18.3	19.1	17.4	16.9
Madagascar	14.9	19.1	18.4	20	19.4	18.5	18.4
Mauritius	16.8	17.3	17.9	16.8	17.1	16.9	15.6
Mozambique	5.0	-1.2	19.0	14.8	14.0	19.3	22.7
Namibia	20.8	10.9	11.4	12.4	14.6	16.3	16.0
Seychelles	15.2	10.2	8.5	10.2	11.9	13.1	13.9
South Africa	16.3	16.4	16.4	14.6	14.4	14.1	14.1
Zambia	38.9	33.7	37.1	37.1	36.7	35.8	35.2
Zimbabwe	6.4	14.8	15	7.6	5.3	4.9	4.7



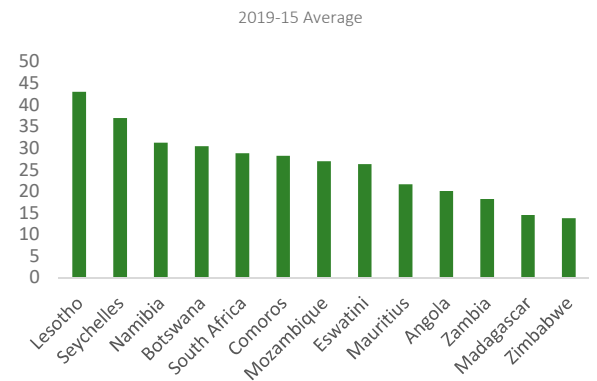
Total investment (Percent of GDP)							
Angola	34.2	27.2	24.1	20.6	19.8	20.0	20.2
Botswana	32.6	28.6	28.2	26.8	27.9	28.7	29.1
Comoros	18.6	21.1	21.5	22.4	22.7	23.0	23.4
Eswatini	11.4	12.1	11.7	11.2	10.1	9.7	9.8
Lesotho	28.7	27.9	23.4	24.1	31.7	21.7	25.8
Madagascar	16.8	18.6	18.9	19.7	20.8	22.0	22.9
Mauritius	18.1	17.9	18.3	18.4	21.1	22.0	21.2
Mozambique	45.3	38.1	39.2	49.2	65.2	83.1	83.3
Namibia	32.2	23.7	17.6	16.6	18.5	19.5	20.0
Seychelles	33.8	30.2	28.9	26.4	27.9	28.8	30.7
South Africa	20.9	19.2	18.8	17.9	17.8	17.8	17.9
Zambia	42.8	38.2	41.0	42.2	39.7	38.5	37.2
Zimbabwe	10.1	12.1	12.5	6.8	4.7	4.6	4.5



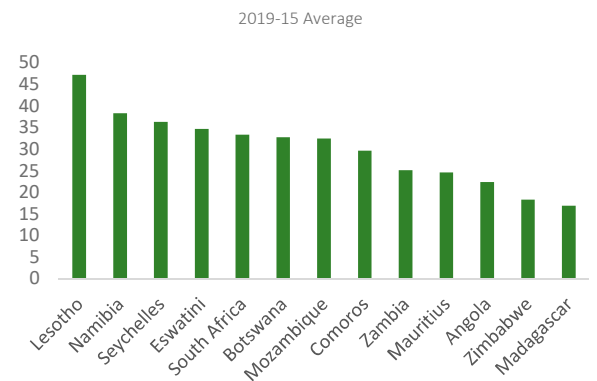
Current account balance (Percent of GDP)							
Angola	-8.8	-4.8	-0.3	1.3	-3.8	-1.9	-1.9
Botswana	7.8	13.7	12.3	9.6	8.6	8.0	8.4
Comoros	-0.4	-6.5	-4.0	-9.1	-8.9	-8.8	-8.7
Eswatini	18.0	14.3	12.5	9.9	10.0	11.6	12.6
Lesotho	-3.9	-8.4	-4.6	-5.8	-12.6	-4.3	-8.8
Madagascar	-1.9	0.6	-0.5	0.3	-1.4	-3.5	-4.5
Mauritius	-3.6	-4.0	-5.7	-6.2	-7.4	-6.7	-5.7
Mozambique	-40.3	-39.3	-20.2	-34.4	-51.1	-63.8	-60.5
Namibia	-12.4	-12.8	-6.3	-4.3	-3.9	-3.2	-3.9
Seychelles	-18.6	-20.1	-20.5	-16.3	-16.0	-15.7	-16.8
South Africa	-4.6	-2.8	-2.4	-3.4	-3.4	-3.7	-3.8
Zambia	-3.9	-4.5	-3.9	-5.0	-2.9	-2.7	-1.9
Zimbabwe	-7.6	-3.6	-1.3	-4.0	-3.0	-4.6	-4.2



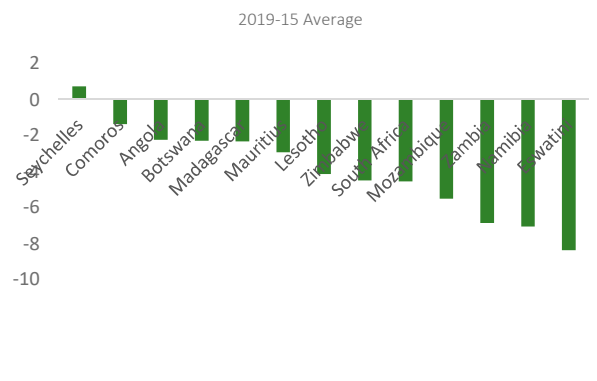
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
General government revenue (Percent of GDP)							
Angola	24.1	17.5	17.5	22.1	19.0	19.8	19.8
Botswana	31.2	33.2	30.8	28.8	27.9	27.9	27.6
Comoros	31.9	23.5	28.6	28.3	28.5	28.5	28.6
Eswatini	27.5	25.1	28.1	25.1	25.3	26.3	26.3
Lesotho	47.2	40.9	43.6	41.4	41.7	42.0	42.0
Madagascar	11.9	14.8	14.8	14.9	15.9	15.0	14.8
Mauritius	20.8	21.1	21.4	22.5	22.1	22.0	21.7
Mozambique	28.1	26.2	28.3	26.0	26.1	26.1	26.3
Namibia	33.5	30.4	31.9	30.5	29.7	30.8	30.4
Seychelles	34.2	37.9	36.4	37.7	38.2	37.2	36.5
South Africa	28.2	28.6	28.3	29.1	29.5	29.7	29.7
Zambia	18.8	18.2	17.5	18.4	18.1	17.4	17.4
Zimbabwe	18.7	16.8	14.1	10.3	8.8	11.7	14.4



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
General government total expenditure (Percent of GDP)							
Angola	27.1	22.0	23.8	19.7	18.9	20.0	19.9
Botswana	35.8	32.5	31.8	31.9	31.4	30.5	29.4
Comoros	27.6	30.9	28.0	30.1	31.2	31.4	31.6
Eswatini	33.3	35.9	34.6	35.1	34.1	31.4	29.5
Lesotho	48.2	47.3	46.6	46.3	47.1	47.2	47.0
Madagascar	15.2	16.1	17.2	17.1	18.4	19.1	19.7
Mauritius	24.4	24.6	23.9	24.9	24.9	24.7	24.4
Mozambique	35.2	32.5	31.6	31.3	31.5	32.1	31.9
Namibia	41.4	39.1	36.7	36.3	37.7	38.0	38.0
Seychelles	32.4	37.7	36.1	37.3	37.6	35.9	36.0
South Africa	32.9	32.7	32.6	33.6	34.6	34.7	34.6
Zambia	28.1	24.0	25.2	24.9	23.1	23.4	22.7
Zimbabwe	20.5	23.4	22.5	14.1	10.9	14.2	14.7



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
General government net lending/borrowing (Percent of GDP)							
Angola	-2.9	-4.5	-6.3	2.4	0.1	-0.1	0.0
Botswana	-4.6	0.7	-1.0	-3.1	-3.5	-2.6	-1.9
Comoros	4.3	-7.4	0.6	-1.8	-2.6	-2.8	-3.1
Eswatini	-5.7	-10.8	-6.5	-10.1	-8.8	-5.1	-3.1
Lesotho	-1.0	-6.3	-3.1	-4.9	-5.4	-5.2	-5.0
Madagascar	-3.3	-1.3	-2.4	-2.2	-2.5	-4.1	-5.0
Mauritius	-3.6	-3.5	-2.4	-2.4	-2.8	-2.7	-2.7
Mozambique	-7.2	-6.3	-3.4	-5.3	-5.4	-6.0	-5.6
Namibia	-7.9	-8.7	-4.8	-5.9	-8.0	-7.2	-7.7
Seychelles	1.9	0.2	0.4	0.5	0.6	1.2	0.5
South Africa	-4.8	-4.1	-4.4	-4.4	-5.1	-5.1	-4.9
Zambia	-9.3	-5.8	-7.7	-6.5	-5.0	-5.9	-5.3
Zimbabwe	-1.8	-6.5	-8.4	-3.8	-2.0	-2.5	-0.3



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
General government gross debt (Percent of GDP)							
Angola	57.1	75.7	68.5	88.1	90.5	82.8	79.7
Botswana	17.2	15.6	14.1	12.9	12.8	13.4	13.1
Comoros	24.1	27.8	31.8	31.2	35.1	36.3	37.5
Eswatini	19.2	26	29.2	34.9	41.1	43.1	42.6
Lesotho	43.3	37.2	36.8	39	37.9	37.3	34.8
Madagascar	35.7	41.9	40.3	39.7	41	42.1	43.5
Mauritius	65.4	66.2	63.7	65.2	67.5	67.8	66.7
Mozambique	88.1	121.6	103.2	100.4	124.5	119.9	115.3
Namibia	38.7	39.5	41.5	47.1	51.6	55.9	59.8
Seychelles	67.3	69	63.6	58.2	54.5	49.5	44.8
South Africa	49.3	51.5	53	56.7	57.8	59.8	61.8
Zambia	62.3	60.7	62.7	72.4	80.5	83.5	84.1
Zimbabwe	41.8	54.2	52.9	29.8	21	20.5	20.1

